



Universidade  
Estadual de Londrina

---

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DA AÇÃO DOCENTE

MÁRCIA JANAINA CASTELO

**A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
NO ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO  
EXECUTIVO: AÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS  
PARA A APROXIMAÇÃO ENTRE O REAL E O LEGAL**

---

LONDRINA  
2010

MÁRCIA JANAINA CASTELO

**A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
NO ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO  
EXECUTIVO: AÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS  
PARA A APROXIMAÇÃO ENTRE O REAL E O LEGAL**

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Metodologia da Ação Docente.

Orientador: Prof. MsC Paulo Sérgio Negri

LONDRINA  
2010

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

C349g Castelo, Márcia Janaina.

A gestão do Projeto Político Pedagógico no ensino superior em Secretariado Executivo : ações possíveis e necessárias para a aproximação entre o real e o legal / Márcia Janaina Castelo. – Londrina, 2010.  
68 f.

Orientador : Paulo Sérgio Negri.

Monografia (Especialização em Metodologia da Ação Docente) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Curso de Pós-Graduação em Metodologia da Ação Docente, 2010. Inclui bibliografia.

1. Ensino superior – Secretariado – Monografias. 2. Planejamento educacional – Monografias. 3. Secretariado executivo – Monografias. 4. Projetos – Educação – Monografias. I. Negri, Paulo Sérgio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Curso de Pós-Graduação em Metodologia da Ação Docente. III. Título.

CDU 378.4:651.4



Universidade  
Estadual de Londrina  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Diretoria de Pós-Graduação  
Divisão de Admissão e Registro

**CECA-CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES**

**Metodologia da Ação Docente**  
**AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL**

Matrícula: 200910810318      Nome: MARCIA JANAINA CASTELO

Título do Trabalho: "A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR EM  
SECRETARIADO EXECUTIVO: AÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS PARA A  
APROXIMAÇÃO ENTRE O REAL E O LEGAL"

Data Homologação: 01/09/2010

<b>MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA</b>	<b>NOTA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Presidente da Banca PAULO SERGIO NEGRI	10,0	
Titular ANDREIA MARIA CAVAMINAMI LUGLE	10,0	
Titular DOUGLAS DOS SANTOS CHANAN	10,0	

Média Final: 10,0

Londrina, 20 de Outubro de 2010.

Reformulação: ( ) SIM ( X ) NÃO

Em caso positivo, não deverá ser informado a nota e encaminhar este documento para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação para proceder o comunicado ao aluno(a).

Se houve alteração do Título do Trabalho Final, informar o novo título:

---

---

---

MÁRCIA JANAINA CASTELO

**A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ENSINO  
SUPERIOR EM SECRETARIADO EXECUTIVO: AÇÕES POSSÍVEIS E  
NECESSÁRIAS PARA A APROXIMAÇÃO ENTRE O REAL E O  
LEGAL**

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Especialização em Metodologia da Ação Docente, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. MsC Paulo Sérgio Negri  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. MsC Andréia Maria Cavaminami Lugle  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. MsC Douglas dos Santos Chanan  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 30 de Agosto de 2010.

Ao Senhor Deus por guiar todos os meus passos.

Aos meus Queridos Pais pelos cuidados, pela proteção e orações.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. MsC Orientador Paulo Sérgio Negri pela liberdade e confiança concedida a mim na criação deste trabalho.

A todos os Professores do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL, em especial à Prof<sup>a</sup>. MsC Neusa Maria Orthmeyer Massarutti e à Prof<sup>a</sup>. MsC Leonilde Favoreto de Mello que colaboraram com a aplicação dos instrumentos de pesquisa analisados neste trabalho.

Aos meus pais, Alcino e Erotildes, pelo companheirismo, compreensão e dedicação.

Ao meu irmão, Cláudio Itamar, e toda a minha família, pela compreensão nos momentos de atrasos e de ausência.

À minha avó Esteva (In Memoriam) pela alegria e firmeza de sempre.

Aos colegas de classe do Curso de Especialização em Metodologia da Ação da Docente da UEL, pessoas maravilhosas que compartilharam suas experiências e aspirações na área educacional; em especial à Creuza Martins França, Juliana Maria Barizon, Cleonice Gomes Simão, Juliana Custódio Soares, Éverton Carlos dos Anjos e Renatha Talon Kluiber, pessoas especiais que muito me ensinaram.

A todos meus amigos, que mesmo distantes sempre estão próximos.

“Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela”.

Paulo Freire



CASTELO, Márcia Janaina. **A Gestão do Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior em Secretariado Executivo: Ações Possíveis e Necessárias para a Aproximação entre o Real e o Legal**. 2010. 68f. Monografia (Especialização em Metodologia da Ação Docente) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## RESUMO

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pelos Cursos de Graduação em Secretariado Executivo se tornou obrigatória com a aprovação, em 23/06/2005 pela Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), da Resolução CES/CNE 3/2005 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Essa exigência impõe à Categoria de Secretariado e aos Cursos de Graduação em Secretariado Executivo o grande desafio de implantar a Gestão de seus Projetos Políticos Pedagógicos. Esta monografia busca investigar, através de pesquisa documental e bibliográfica, as ferramentas e orientações mais indicadas para a condução da Gestão que determine as ações possíveis e necessárias para a aproximação entre o Real e o Legal; e verificar, os avanços obtidos pelo Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL, desde a elaboração de seu projeto em 2005, e as principais dificuldades encontradas no alcance dos objetivos estipulados em seu Projeto Político Pedagógico.

Palavras-Chave: Secretariado Executivo. Gestão do Projeto Político Pedagógico. Ensino Superior em Secretariado Executivo.

CASTELO, Marcia Janaina. **The Management of the Political Pedagogical Project in Higher Education in the Executive Secretarial Course: Possible and Necessary Actions for the Approximation between the Real and the Legal.** 2010. 68p. Monograph (Specialization in the Teaching Action Methodology) – State University of Londrina, Londrina.

### **ABSTRACT**

The preparation of the Political Pedagogical Project by Undergraduate courses in the Executive Secretarial Course became mandatory with the adoption in 23/06/2005 by the Board of Higher Education of the National Education Council (CES / CNE), of the Resolution CES / CNE 3/2005 which established the National Curriculum Guidelines. This requirement imposes on the Category of the Executive Secretary and the Executive Secretarial Undergraduate Courses the challenge to implement the management of their Political Pedagogical Projects. This monograph seeks to investigate, through bibliographic and documentary research, tools and guidelines more appropriate for the conduct of the management that determines the necessary and feasible actions for the approximation between the Real and the Legal; and verify the advances achieved by the Executive Secretarial Undergraduate Program of the State University of Londrina - UEL, since the preparation of its project in 2005, and the main difficulties found in achieving the stipulated goals in its PPP.

**Keywords:** Executive Secretarial course. Political Pedagogical Project Management. Higher Education in the Executive Secretarial course.

CASTELO, Márcia Janaina. **La Gestión del Proyecto Político Pedagógico en la Enseñanza Superior en Secretariado Ejecutivo: Acciones Posibles y Necesarias para la Aproximación entre lo Real y lo Legal**. 2010. 68f. Monografía (Especialización en Metodología de la Acción Docente) – Universidad Estadual de Londrina, Londrina.

## RESUMO

La elaboración del Proyecto Político Pedagógico por los Cursos de Graduación en Secretariado Ejecutivo se tornó obligatoria después de la aprobación, en 23/06/2005 por la Cámara de Enseñanza Superior del Consejo Nacional de Educación (CES/CNE), de la Resolución CES/CNE 3/2005 que instituyó las Directrices Curriculares Nacionales. Esa exigencia impone a la Categoría de Secretariado y a los Cursos de Graduación en Secretariado Ejecutivo el gran desafío de implantar la Gestión de sus Proyectos Políticos Pedagógicos. Esta monografía busca investigar, através de pesquisa documental y bibliográfica, las herramientas y orientaciones más indicadas para la conducción de la Gestión que determine las acciones posibles y necesarias para la aproximación entre lo Real y lo Legal; y verificar, los avances obtenidos por el Curso de Graduación en Secretariado Ejecutivo de la Universidad Estadual de Londrina – UEL, desde la elaboración de su proyecto en 2005, y las principales dificultades encontradas en el alcance de los objetivos estipulados en su PPP.

Palabras-clave: Secretariado Ejecutivo. Gestión del Proyecto Político Pedagógico. Enseñanza Superior en Secretariado Ejecutivo.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
IES	Instituição de Ensino Superior
FENASSEC	Federação Nacional das Secretárias e Secretários
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e do Desporto
PPP	Projeto Político Pedagógico
UEL	Universidade Estadual de Londrina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 JUSTIFICATIVA .....	12
1.1.1 Problematização.....	13
1.1.2 Objetivos.....	13
1.1.3 Metodologia.....	14
<b>2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO EXECUTIVO</b> .....	16
<b>3 A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO EXECUTIVO</b> .....	19
3.1 A METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS NA GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....	23
3.1.1 Organização .....	24
3.1.2 Planejamento .....	25
3.1.3 Desenvolvimento .....	26
3.1.4 Implementação.....	26
3.1.5 Gestão .....	27
<b>4 AÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS PARA A APROXIMAÇÃO ENTRE O REAL E O LEGAL</b> .....	29
4.1 AS AÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS PARA A APROXIMAÇÃO ENTRE O REAL E O LEGAL COMPORTAM TAMBÉM: .....	30
4.1.1 Coerência entre as decisões, ações e planejamentos .....	30
4.1.2 Projeto de formação continuada aos professores.....	31
4.1.3 A participação colaborativa .....	32
4.1.4 Acordos e parcerias .....	33
<b>5 A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL</b> .....	35
5.1 ENTREVISTA COM OS GRADUANDOS DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL, SENDO ESTES OS PRIMEIROS FORMANDOS COM O NOVO CURRÍCULO, IMPLANTADO NO ANO LETIVO DE 2006 .....	37
5.2 ENTREVISTA COM OS DOCENTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA .....	43
5.3 ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL.....	46
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	50
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	52
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	54
<b>ANEXOS</b> .....	57
<b>ANEXO A – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AOS DISCENTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL</b> .....	58
<b>ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AOS DOCENTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL</b> .....	62
<b>ANEXO C – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AO COORDENADOR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL</b> .....	65

## 1 INTRODUÇÃO

A história da profissão de Secretariado Executivo no Brasil é marcada por diversas e importantes conquistas, lutas e ações que além de unir a categoria como um todo, visam não só sua melhoria, qualificação, respeito, reconhecimento e intermitente aperfeiçoamento para a área da atuação, mas também para a esfera da educação.

A luta pela educação, provavelmente, é uma das mais difíceis, porém uma das mais conscientes já vivenciadas pela categoria, pois devido a atuação profissional estar fundamentada na formação acadêmica, essa formação necessita ser qualitativa e suficiente, deve proporcionar uma capacitação que prepare não só para a inserção no mercado de trabalho, mas para uma carreira profissional na qual as competências e habilidades precisarão ser desenvolvidas, planejadas e aperfeiçoadas durante uma vida inteira de trabalho.

Sem dúvida, a Resolução CES/CNE 3/2005 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Secretariado Executivo foi a mais importante conquista da profissão na área educacional.

A Resolução contribuiu significativamente na reestruturação curricular pelos cursos de graduação em Secretariado promovendo capacitação múltipla e adequada às exigências do mercado de trabalho globalizado. Mas, principalmente tornou obrigatória a composição do Projeto Político Pedagógico (PPP) e conseqüentemente a estruturação clara e precisa dos cursos de graduação em Secretariado Executivo: seus recursos humanos, físicos e materiais; seus objetivos e metas a curto, médio e longo prazo; os métodos e formas de avaliação de ensino-aprendizagem; o perfil do formando.

A obrigatoriedade da elaboração do Projeto Político Pedagógico, com certeza, trouxe a possibilidade de um maior envolvimento e conhecimento dos cursos e seus objetivos pelos coordenadores e docentes, mas também um grande desafio: o de como promover a execução do projeto.

Este trabalho tem a intenção de investigar, através de pesquisa documental e bibliográfica, as possibilidades e orientações indicadas para uma Gestão do Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior em Secretariado Executivo e as ações possíveis e necessárias para a aproximação entre o real e o legal, entre o que é sugerido e estipulado pelas DCN e pelos PPP dos cursos de graduação em Secretariado e o que é desenvolvido e praticado na realidade.

Também se pretende analisar, através de estudo de caso qualitativo, qual o grau de contato e conhecimento do Projeto Pedagógico do curso de graduação de Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina (UEL) pelos alunos e professores do curso, e qual a opinião dos formandos quanto a suficiência da capacitação ofertada pelo curso no atendimento às demandas mercadológicas.

Por fim, através de entrevista com o Coordenador do curso de graduação de Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina, buscará identificar se as determinações legais (estipuladas pela Resolução CES/CNE 3/2005 e) propostas pelo curso de Secretariado Executivo da UEL em seu Projeto Político Pedagógico (Resolução CEPE/UEL 354/2005) estão sendo seguidas e alcançadas na prática.

## **1.1 JUSTIFICATIVA**

A escolha deste tema surgiu do interesse em dar continuidade às pesquisas iniciadas com a monografia de conclusão de curso, em 2007, para a obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo, intitulada “A Formação Acadêmica e a Atuação Profissional do Secretário Executivo” que discorreu sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Secretariado Executivo instituídas através da Resolução CES/CNE 3/2005 e sobre o acolhimento e posição do curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL, e de seu Projeto Pedagógico, no atendimento a essas diretrizes estipuladas pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

Dessa forma, a descoberta da importância da elaboração de um Projeto Pedagógico e a oportunidade do contato com o Projeto Pedagógico do Curso de Secretariado Executivo da UEL despertou-me para o interesse em conhecer sobre a Gestão de um Projeto, que consolide os objetivos e planejamentos propostos, ou seja, que promova uma adequação entre o legal e o real.

Assim, o presente trabalho tem o intuito de aprofundar as pesquisas sobre Projeto Político Pedagógico verificando as orientações, recursos e sugestões mais frequentes para se conduzir a Gestão de um Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior em Secretariado Executivo.

### **1.1.1 Problematização**

Como conduzir a Gestão do Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior em Secretariado Executivo? Quais os recursos e procedimentos necessários para que esta gestão seja consciente, participativa, flexível e propicie o real atendimento das exigências legais?

### **1.1.2 Objetivos**

#### **1.1.2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste projeto é investigar os caminhos mais indicados para a Gestão do Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior em Secretariado Executivo.

#### **1.1.2.2 Objetivos específicos**

Os objetivos específicos são:

- 1) identificar se as determinações legais (estipuladas pela Resolução CES/CNE 3/2005 e) propostas pelo Curso de Secretariado Executivo da UEL em seu Projeto Político Pedagógico estão sendo seguidas e alcançadas na prática;
- 2) observar o grau de contato e conhecimento sobre o PPP do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL pelos alunos e docentes do curso;
- 3) analisar se a formação acadêmica e habilidades profissionais ofertadas pelo Curso e especificadas em seu Projeto Político Pedagógico são do ponto de vista do formando/discente adequadas às necessidades do mercado de trabalho.



### 1.1.3 Metodologia

A metodologia utilizada no alcance das informações foi a pesquisa bibliográfica e documental e o estudo de caso qualitativo.

Gil (2002, p. 44) define que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e defende que “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (2002, p. 45).

A pesquisa bibliográfica foi organizada através da seleção de materiais que abordavam os conteúdos que se pretendia investigar; em seguida através de leituras realizou-se a seleção das informações por intermédio de resumos, registros e fichamentos eletrônicos e por fim se iniciou a produção textual.

A pesquisa documental se deu através da análise do Projeto Político Pedagógico do curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL, instituído pela Resolução CEPE/UEL 354/2005 de 15/12/2005 a partir do ano letivo de 2006.

O estudo de caso foi promovido, entre os meses de dezembro de 2009 e maio de 2010, com o objetivo de conhecer e descrever a forma como o PPP do curso de Secretariado da UEL está sendo gerido. Segundo Gil o estudo de caso “[...]. Consiste no estudo [...] de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. (2002, p. 54).

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de:

1) um questionário destinado aos formandos do curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL (Anexo A) com o objetivo de verificar se a capacitação ofertada é do ponto de vista desses alunos adequada às necessidades do mercado de trabalho e se realmente os habilitam para atuarem como Assessores, Gestores, Consultores, Empreendedores e Agentes de Mudança, conforme as habilidades definidas pelas DCN e pelo PPP do curso; e também investigar o grau de contato desses educandos com o assunto PPP e conseqüentemente com o projeto do curso em que se graduariam Secretários Executivos. Foram entrevistados, em 14/12/2009, 21 (vinte e um) alunos do 4º ano, sendo esta turma a primeira a se formar com a grade do novo currículo;

2) um questionário destinado aos docentes do curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL (Anexo B) com a intenção de investigar o contato desses profissionais com

o PPP do curso, o estágio de conhecimento sobre esse assunto e o nível de participação na execução do PPP do curso. Foram entrevistados 09 (nove) docentes das quatro séries do curso, no período de dezembro de 2009 a maio de 2010;

3) uma entrevista com o coordenador do curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL (Anexo C), realizada na primeira quinzena do mês de março de 2010, com o intento de conhecer as principais dificuldades encontradas para a execução do PPP e para o alcance das metas e propostas do curso de Secretariado Executivo da UEL estabelecidas em seu Projeto Político Pedagógico, como por exemplo, a criação e implantação da Secretaria Modelo, a fundação do Departamento próprio do curso de Secretariado e a atualização, inovação e expansão do acervo bibliográfico da área de Secretariado Executivo disponibilizado pela Biblioteca da UEL.

Os questionários tinham questões fechadas e abertas para se obter dados quantitativos e qualitativos.

Esta metodologia foi escolhida tendo em vista a intenção de se conhecer a realidade da Condução do PPP do curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL, além de possibilitar um delineamento da realidade do curso do ponto de vista dos discentes e docentes.

## **2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO EXECUTIVO**

A elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos pelos cursos de graduação em Secretariado Executivo se tornou exigência com a aprovação, em 23/06/2005 pela Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), da Resolução 3/2005 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Secretariado Executivo.

Segundo Castelo (2007), a Resolução CES/CNE 3/2005 se fundamenta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 9.131/95 e nº. 9.394/96; considera os Pareceres CES/CNE nº. 776/97, nº. 583/2001 e nº. 67/2003 de 03/12/1997, 04/04/2001 e 11/03/2003, respectivamente, aprovados pela CES para instituírem as DCN e servirem como referencial para os cursos de graduação na adequação e flexibilização de seus currículos e na construção de seus Projetos Pedagógicos; acata o Parecer CES/CNE 102/2004, de 11/03/2004, criado devido a mobilização da categoria de Secretariado, para definir os requisitos mínimos que as DCN deveriam determinar aos cursos de graduação em Secretariado Executivo, principalmente aos cursos que estavam em fase de implantação ou em fase de reconhecimento pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

Assim, a Resolução CES/CNE 3/2005 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Secretariado Executivo, Bacharelado, para serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior na organização e estruturação dos cursos de graduação em Secretariado Executivo, em sua composição curricular, e na construção de seus Projetos Políticos Pedagógicos.

O Artigo 2º dessa Resolução, e seus parágrafos 1º e 2º, tratam dos elementos necessários para a composição do Projeto Político Pedagógico com “clara concepção do curso de Graduação em Secretariado Executivo”, e flexibilizam a oferta do perfil profissional que atenda as demandas regionais. (BRASIL. MEC, CNE. Resolução 3/2005, 2005).

O Projeto Político Pedagógico deve ser fundamentado na ideologia e proposta pedagógica do curso e da Instituição de Ensino Superior (IES), por isso todas as ações e atividades relacionadas a ele necessitam ser transparentes, planejadas, estruturadas, divulgadas, compartilhadas e passíveis de implementação e flexibilização. Neves dialoga:

[...] o projeto político-pedagógico deve retratar, pela *identidade*, a missão da escola, sua filosofia de trabalho, seus valores humanos e pedagógicos, sua clientela e os resultados que se propõe a atingir; pela *racionalidade interna*, a organização – administrativa, pedagógica e financeira – que lhe permitirá alcançar esses resultados com eficiência e eficácia; pela *racionalidade externa*, a definição de linhas de trabalho e de objetivos que sejam reconhecidos e avaliados pela comunidade e, finalmente, pela *autonomia*, o projeto pedagógico insere-se na *totalidade* do sistema nacional de educação e ao mesmo tempo em que o transcende para atender às necessidades e às características específicas de seus alunos realçando o papel de *mediação* da escola. (2005, p. 117, grifo do autor).

O Projeto Político Pedagógico é o condutor do curso em seu direcionamento, estruturação e consolidação, por isso as etapas de sua criação, implantação e execução precisam ser respeitadas e permeadas por informações e ações sólidas, específicas e inovadoras.

Segundo Veiga (2005, p. 12-13) a construção de um Projeto Político Pedagógico é determinada pela intenção de fazer, de realizar algo diferente e possível. O termo Projeto equivale ao plano de ação a ser realizado. O significado do termo Político refere-se ao compromisso, a postura, aos interesses definidos; e Pedagógico refere-se à intenção da instituição de ensino quanto à formação ofertada, quanto à definição das ações no alcance dos propósitos educacionais e institucionais. Assim, Veiga considera que “A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório”. (2005, p. 33).

Consciente de seu significado a autora defende que sua aplicação seja vivenciada constantemente; que o PPP seja um processo contínuo de reflexão, avaliação e análise das dificuldades e um instrumento alternativo na consolidação de mudanças e no alcance de metas e resultados.

Para que o desenvolvimento ocorra de forma consciente e flexível é necessária a participação de todos os envolvidos com o curso, Cunha (1999) e Veiga (2005) destacam que esse trabalho precisa ser coletivo e Rios (2008, p. 127) também considera que

Um projeto de escola não se faz sem a participação de todos os que a constituem e não é uma mera soma de projetos individuais, mas sim uma proposta orgânica, em que se configura a escola necessária e desejada, e na qual se articulam, na sua especificidade, as ações de cada sujeito envolvido.

A participação coletiva precisa ser comprometida com as tentativas de mudança e com o alcance de possibilidades e resultados, perceber a realidade em que está inserida e promover alternativas, para isso Resende (2005, p. 89) acredita que “Há que ser desencadeado

um processo que leve a comunidade escolar a buscar o autoconhecimento e o conhecimento das realidades que interagem em seu contexto”. Assim, a participação de todos os envolvidos com o curso é fundamental para o desenvolvimento do projeto, porém só é possível se essa for conduzida à familiarização com o mesmo e se os participantes buscarem adequar as necessidades reais às orientações legais.

Considerando que o PPP é o condutor para a consolidação dos objetivos dos cursos de graduação é preciso enfatizar que os cursos não devem buscar recursos e informação simplesmente para a Condução, mas sim para a Gestão do Projeto Político Pedagógico.

### **3 A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR EM SECRETARIADO EXECUTIVO**

A Gestão do Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior em Secretariado Executivo necessita ser acolhida e incorporada como único meio para os cursos atingirem efetiva e conscientemente suas metas e objetivos, a qualidade e supremacia na formação pré-definida e ofertada, e consideráveis níveis de satisfação entre os integrantes do curso.

A Gestão do projeto precisa materializar-se e consolidar-se como fundamento e direção para todas as ações a serem intentadas pelos cursos, mas, principalmente, concretizar-se como única forma e garantia para a promoção de uma educação adequada, flexível e atualizada que esteja constantemente ligada e atenta às exigências, às alterações e às realidades tanto da esfera educacional como mercadológica da profissão de Secretariado Executivo.

A Gestão do PPP se tornará uma inevitável demanda educacional, político-pedagógica, social, institucional e mercadológica, em que se encontrarão na frente, com vantagens consideráveis, os cursos que mais cedo a assumirem, promoverem sua contínua implementação, e estimularem alianças, dedicação e comprometimento entre todos os direta e indiretamente envolvidos com o curso.

Segundo Kerzner, “[...] a *gestão de projetos* pode ser definida como o planejamento, a programação e o controle de uma série de tarefas integradas de forma a atingir seus objetivos com êxito [...]”. (2007, p. 15, grifo do autor).

A gestão só ocorrerá se o planejamento, a programação e o controle das atividades e ações forem aceitos, respeitados, cimentados e considerados pelo curso como um diferencial eficaz e seguro para a concretização das metas e objetivos estipulados pelo projeto.

Dessa forma, a Gestão do Projeto Político Pedagógico só é possível através da participação e colaboração de todos os envolvidos com o curso, por isso a necessidade de que essa gestão seja democrática e aberta a sugestões, associações e cooperações.

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários [...]. (VEIGA, 2005, p.18).

A gestão democrática promove comprometimento, união e dedicação, pois permite a participação de todos, Carvalho considera que “é papel da gestão democrática construir as condições necessárias para que cada segmento seja seduzido a participar do processo de constituição que vai definir o trabalho pedagógico da escola”. (2008, p. 435).

Para que essa participação coletiva ocorra é preciso definir regras e critérios a serem seguidos, inclusive no que diz respeito a encontros periódicos tanto entre o próprio corpo docente, como do corpo docente com os demais envolvidos com o curso. Lopez e Mercadante (2007, p. 62) defendem que “[...]. Sem uma disponibilidade para reunir os profissionais e desenvolver coletivamente o trabalho, é inviável configurar uma gestão pedagógica e estabelecer metas”.

Tanto Lopez e Mercadante (2007) como Veiga (2005) e Bussmann (2005) informam sobre a necessidade da gestão do PPP ser regida por diálogo, análises, discussão crítica e criativa; alegam que a gestão precisa ser participativa, dinâmica, necessita estar sempre em construção.

Cada participante pode ajudar de forma diversificada, potencializando suas qualidades e habilidades. De acordo com Kerzner, “[...] o sucesso e a excelência em gestão de projetos exigem descentralização [...]”. (2007, p. 30), e Araújo defende que “[...]. O trabalho em equipe é parte desse processo e não pode ser posto de lado. [...]”. (2009, p.33).

A gestão democrática permite uma análise da realidade de diversos e diferentes pontos de vista, pois os docentes, discentes, o coordenador, o efetivo administrativo e demais integrantes do curso possuem uma visão do contexto de acordo com o seu grau de contato e participação, de seu envolvimento com as atividades, necessidades e exigências, por exemplo, os alunos podem perceber a relação e aproveitamento entre as disciplinas ofertadas pelo curso e as demandas mercadológicas; o coordenador possui meios de avaliar a importância das ações realizadas ou das dificuldades encontradas pela Instituição de Ensino Superior e pelo curso que coordena quanto à adequação e cumprimento das exigências legais educacionais; o efetivo administrativo conhece e tem maior proximidade com as rotinas e procedimentos administrativos e institucionais competentes ao departamento do curso.

Já o corpo docente desenvolve uma valiosa participação na Gestão do projeto, pois tem relação direta com a realidade de seu meio de atuação, com alunos, coordenadores e profissionais de diversos setores da educação e da instituição em que atua, portanto tem condições de ações e percepções mais profundas na identificação de problemas e necessidades relacionadas à sua prática profissional, a formação ofertada e a eficácia dos recursos e métodos disponíveis e utilizados.

Assim, devido ao fato do docente estar em constante contato com a realidade e ter informações e condições de alterá-la, justifica-se que o corpo docente é o principal contribuinte na Gestão do Projeto Político Pedagógico. Segundo Bussmann (2005, p. 50), “Os especialistas, na condição primeira de professores, estão no processo, fazem parte dele e devem estar atentos à totalidade do mesmo, tanto quanto aos aspectos específicos de sua atuação”, da mesma forma Cunha (1999, p. 220-221) observa que o PPP:

[...]. Requer um professor que dialogue com seus pares, que planeje em conjunto, que exponha as suas condições de ensino, discuta a aprendizagem dos alunos e a sua própria formação. Transgrida as fronteiras de sua disciplina, interprete a cultura e reconheça o contexto em que se dá seu ensino e onde sua produção acontece.

Rios (2008) não só atenta para a necessidade de participação do docente na Gestão do PPP como também direciona a ele a responsabilidade da sua participação, ou seja, o docente não precisa esperar ser convidado para agir, ele deve se oferecer e inclusive exigir condições para que sua participação seja o mais abrangente possível, além de conscientizar e incentivar a contribuição de seus alunos:

Afirmar que não são de inteira responsabilidade dos professores as condições para uma ação de boa qualidade não quer dizer, numa perspectiva pessimista e ingênua, que o professor terá a possibilidade de ser competente apenas quando todas as condições ‘que não dependem dele’ se efetivarem. Na verdade, não há, estritamente, ‘condição que não dependa dele’, uma vez que faz parte mesmo da ação competente a reivindicação de condições objetivas de boa qualidade para que se realizem seus objetivos, a crítica constante, para que se superem os problemas e se apontem e se transformem as condições adversas. (2008, p. 132-133).

Porém, é importante considerar que a participação docente voluntária e dos demais integrantes do curso só ocorrerá integralmente se esta for acolhida pelo coordenador e demais responsáveis pela Gestão do projeto, com o apoio e incentivo necessário, com uma interação e consideração que ampare todas as formas de participação, tendo como foco as habilidades de cada um.

Rossa (2004, p. 70) relata que muitas vezes “[...] não há preocupação com o envolvimento afetivo de todos os integrantes da comunidade educativa, pois não existe um processo adequado de apropriação ou de disseminação do projeto político-pedagógico” e que “mesmo quando bem elaborado e compreendido por todos não consegue sair do papel”.

Rossa (2004) adverte ainda, que “[...]. Sem orientação e sem apoio de qualidade as equipes de coordenação começam a se atrapalhar e a se sentir ‘cegos liderando cegos’. [...]” e que “[...]. Para sustentarem um comprometimento as pessoas precisam trabalhar em questões



importantes para si, para as organizações, nas quais atuam. Se a relevância ‘se esvai pelas frestas’, o esforço como um todo pode murchar antes de se enraizar”. (p. 68).

Assim, a Gestão do PPP necessita aproximar todos os atores do curso de Secretariado quanto às especificidades, características e objetivos do projeto, sua relevância e benefícios, além de permitir uma colaboração participativa, flexível, dinâmica, consciente e co-responsável.

Outro requisito para a Gestão do projeto são as avaliações periódicas. Veiga (2005, p. 32) considera que a avaliação “imprime uma direção às ações dos educadores e educandos” e que a avaliação envolve três fases “[...] a descrição e a problematização da realidade escolar, a compreensão crítica da realidade descrita e problematizada e a proposição de alternativas de ação”, desse modo a avaliação é primordial para que se possa analisar o progresso obtido e especificar as condições e estratégias de atuação para a continuidade do planejamento no alcance das metas estipuladas.

Segundo Kerzner, “Com os resultados da avaliação em mão, os dados devem ser usados para identificar atividades de aperfeiçoamento significativas. Você terá que converter os escores em planos de ação corretiva. A priorização e a distribuição devem ser lançados pelo centro de projetos [...]”. (2007, p. 207), ou seja, os responsáveis pela avaliação da Gestão do PPP devem analisar as necessidades e correções para o desenvolvimento adequado e qualitativo do projeto, assim como servir como referência para estipular as prioridades a serem efetuadas e definir os responsáveis para a realização de cada ação.

Araújo (2009, p. 38) considera que “para avaliar os problemas educacionais é fundamental um pluralismo epistemológico e um diálogo em seu interior, pois a educação requer diferentes níveis de abordagens, métodos e estratégias variáveis e adequadas à natureza do que se investiga.” e Veiga (2005, p. 13) orienta que “[...] se deve considerar o projeto-político pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola [...]”. Portanto, a avaliação é um instrumento importante e necessário, pois possibilita a identificação antecipada, o acompanhamento e a resolução de problemas presentes ou futuros, permite a percepção da evolução dos objetivos propostos pelo PPP, assim, precisa ser adequada, constantemente revisada e voltada especificamente para cada tipo de análise que se pretende realizar.

Outro instrumento de acompanhamento da Gestão do projeto seria a elaboração de relatórios periódicos para se analisar as atividades desenvolvidas. Kerzner orienta que “[...] O relatório de situação é indispensável para manter o projeto no rumo certo e em boas condições. [...]”. (2007, p. 106).

Tanto o acompanhamento com relatórios ou com avaliação é de suma importância, pois esses instrumentos ajudam a perceber as mudanças que ocorram durante a evolução da gestão e também ajudam na identificação dos problemas e dificuldades.

O gerenciamento das mudanças e dos problemas sustenta o impulso do projeto e lhe proporciona, ao mesmo tempo, flexibilidade. Problemas específicos são assuntos que necessitam de decisões do gerente de projeto, da equipe de projeto ou da direção. O gerenciamento dos problemas do projeto precisa ser definido e comunicado à equipe do projeto para garantir o nível adequado de monitoração e acompanhamento desses problemas. Esse mesmo princípio se aplica ao gerenciamento de mudanças, porque o escopo de um projeto estará inevitavelmente sujeito a algum tipo de alteração. [...]. (Kerzner, 2007, p. 106-107).

A Gestão do PPP é fundamental para os cursos de graduação em Secretariado Executivo alcançarem e realizarem seus planos e objetivos e ofertarem uma formação compatível e que atenda as demandas do mercado de trabalho conhecedor da profissão.

Depende exclusivamente da participação coletiva, sendo o corpo docente o mentor da aproximação de todos os integrantes de um curso de graduação e grande contribuinte na condução de uma gestão dinâmica por estar intimamente envolvido com a realidade que o cerca. É perceptível a importância de se conduzir ferramentas periódicas como debates, reflexões e avaliações do projeto para que o seu desenvolvimento seja consciente, flexível e se torne permanente.

Além da utilização dessas ferramentas é possível, aconselhável e necessário implementar a gestão do PPP com o uso de Metodologias de Gestão de Projetos.

### **3.1 A METODOLOGIA DE GESTÃO DE PROJETOS NA GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

A escolha de uma Metodologia de Gestão de Projetos que atenda todos os objetivos estipulados no Projeto Político Pedagógico só será efetiva se o coordenador e demais envolvidos com o curso de graduação conhecer os fundamentos, pressupostos e exigências do processo de Gestão do PPP, suas especificidades e condições.

A Gestão do PPP é permeada de intencionalidade e determina todas as suas ações, planejamentos, escolhas e decisões, influencia no trabalho a ser realizado de forma a seguir o que foi previamente planejado.

[...]. Quando as organizações desenvolvem metodologias e ferramentas da gestão de projetos que se completam e se complementam, surgem dois benefícios. Em primeiro lugar, o trabalho passa a fluir com menor número de mudanças de objetivos. Em segundo lugar, os processos são planejados para criar o mínimo possível de distúrbios nas atividades operacionais [...]. (Kerzner, 2007, p. 102).

As metodologias de projetos guiam a intencionalidade e a ação para o alcance dos objetivos, auxiliam na identificação e na resolução de problemas e imprevistos, favorecem o interesse e o desafio para o aperfeiçoamento das etapas de gestão, e permitem uma adequação da realidade às exigências legais educacionais e institucionais. Kerzner (2007, p. 121) defende que “As boas metodologias sempre enfatizam a identificação clara dos objetivos e uma definição precisa das exigências. [...]” e que “As metodologias de gestão de projetos devem ser fáceis de usar e devem abranger a maioria das situações que podem surgir em um projeto. [...]”. (p. 123).

A opção pela mais indicada metodologia de projeto será escolhida através da definição dos objetivos pretendidos, da realidade e das características gerais e específicas de cada curso de graduação em Secretariado Executivo, dos procedimentos, atividades e exercícios destinados ao curso, do grau de comprometimento dos envolvidos com o curso quanto à Gestão do PPP. Rossa defende que “[...] um projeto político-pedagógico inovador exige como consequência o uso da metodologia de projetos nos diversos setores e serviços da escola. [...]”. (2004, p. 63).

Assim, percebe-se a necessidade da Gestão do PPP ser desenvolvida tendo como base a metodologia de projetos como garantia e incentivo para ações seguras, conscientes, calculadas, integradas e participativas.

Segundo Kerzner (2007), os principais componentes das Metodologias de Gestão de Projetos são:

### **3.1.1 Organização**

A fase de organização comporta a elaboração coletiva da Gestão do projeto respeitando a definição dos objetivos e metas a serem alcançados, das necessidades e dificuldades a serem superadas, dos resultados mínimos esperados a curto e médio prazo, além das formas e possibilidades para se concretizar essas ações. Rossa confirma que “[...]. A

elaboração do projeto político-pedagógico na dinâmica do planejamento participativo já é feita na metodologia de projetos. [...]”. (2004, p. 63).

Esta fase também comporta o grau de envolvimento, funções e responsabilidades no desenvolvimento das atividades que serão realizadas por cada participante, individualmente ou coletivamente.

### **3.1.2 Planejamento**

O planejamento exige levantamento de informações diversas que permitirão a redução de problemas decorrentes de ações não programadas ou não avaliadas previamente, assim como, o cálculo de possíveis riscos e a identificação de alternativas.

Permite uma indicação e percepção clara dos percursos necessários para o alcance, equilíbrio e confirmação dos resultados estipulados.

O planejamento exige tempo tanto para sua elaboração quanto para a execução das atividades planejadas, Rossa alerta que em muitas instituições de ensino:

[...] o calendário é a única forma de planejamento adotado. A idéia do projeto, em geral, é posterior à elaboração do calendário [...] é postergada para o início do ano seguinte, quando o calendário já está fechado, sem espaço para novas atividades e todos já sobrecarregados de trabalho. (2004, p. 67).

Portanto, o planejamento e o tempo são interdependentes, pois é preciso tempo para planejar e tempo para se por em prática o que foi planejado, considerando os possíveis imprevistos, as revisões necessárias, a possibilidade de mudanças no planejamento e consequentemente no tempo reservado para cada atividade.

O planejamento e a programação do tempo devem comportar todas as atividades necessárias para a Gestão do projeto e para a participação dos envolvidos com o curso, principalmente dos alunos e professores, pois estes uma vez engajados com a gestão precisarão contar com horários flexíveis para participarem presencialmente das reuniões, atividades e encontros. Veiga analisa que “É preciso tempo para os educadores aprofundarem seus conhecimentos sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula”. (2005, p. 30).

Assim, tempo determina e influencia na organização, no planejamento e no desenvolvimento de todos os elementos que constituem e compõem o projeto, o curso e a Gestão do Projeto Político Pedagógico.

### **3.1.3 Desenvolvimento**

O desenvolvimento de uma metodologia de projetos sustenta o desenvolvimento da Gestão de Projetos através de práticas adequadas voltadas para cada tipo de situação, processo ou procedimentos, auxiliando na tomada de decisão e na mobilização para uma participação integrada entre as partes envolvidas.

### **3.1.4 Implementação**

A implementação permite o desenvolvimento de novas técnicas na execução dos projetos, porém exige constante aperfeiçoamento através de revisões contínuas e voltadas para a identificação, avaliação e antecipação da necessidade de resolução de problemas.

A implementação precisa ser flexível para comportar melhorias nos processos e aceitação dos envolvidos. Kerzner considera que “[...]. A implementação eficaz da gestão de projetos é uma série de bons processos com ênfase nas pessoas e em suas relações de trabalho, o saber, a comunicação, a cooperação, o trabalho de equipe e a confiança. [...]”. (2007, p. 133).

A implementação também pode contar com recursos tecnológicos como o desenvolvimento de programas, softwares e sistemas voltados especificamente para a Gestão do PPP.

Os recursos tecnológicos facilitam na previsão das necessidades atuais e futuras; no planejamento e controle das ações e do tempo; na observação e ajuste dos prazos e conferência da realização das obrigações estipuladas para cada participante; na avaliação de possibilidades e alternativas na condução da gestão; na elaboração e emissão de relatórios; no processo decisório; na análise e alcance dos resultados, mas principalmente, permitem o

acesso, o exame, o acompanhamento e recuperação de informações específicas e personalizadas, assim como o trabalho e compartilhamento em rede.

### 3.1.5 Gestão

Para que a gestão ocorra é necessário padronizar um conjunto de instrumentos democráticos como comunicação, informação, cooperação, confiança, escolha conjunta e adequada da Metodologia de Gestão a ser adotada, reflexão, planejamento e trabalho em equipe, a serem utilizados como forma de promover coerência e comprometimento em cada etapa desenvolvida.

A gestão permite aos envolvidos com o projeto a percepção e adaptação às constantes mudanças, no caso do PPP do Ensino Superior em Secretariado Executivo essas mudanças podem estar relacionadas com as exigências do mercado de trabalho que podem interferir e alterar a formação ofertada e a composição curricular; com as inovações tecnológicas que podem influenciar na prática e desenvolvimento das Técnicas Secretariais; com as ações necessárias para o alcance dos objetivos estipulados pelo projeto; com o aperfeiçoamento constante das ferramentas utilizadas para gerir o projeto. Dessa forma Kerzner (2007, p. 103) defende que “As metodologias de gestão de projetos precisam mudar à medida que ocorrem mudanças nas organizações, em resposta à constante evolução no ambiente [...]”, pois “As metodologias de gestão de projetos são um processo ‘orgânico’ o que implica que estão sujeitas a mudanças e aperfeiçoamentos. [...]”. (p. 139), porém essa transformação só é possível se houver um real comprometimento coletivo com as mudanças.

A gestão da Metodologia permite a constante avaliação da Gestão do projeto, do desempenho e avanços obtidos, do controle aplicado, do desenvolvimento, das mudanças e alterações ocorridas. Kerzner orienta que “[...]. Relatos sobre o gerenciamento de mudanças e problemas devem ser sintetizados no relatório da situação, indicando o número de situações pendentes e/ou resolvidas em cada um deles. Esta rotina auxilia a direção na sua tarefa de avaliar o estado geral do projeto”. (2007, p. 107). Assim, é possível ter informações confiáveis e atuais no momento da tomada de decisão.

Dessa forma, a Metodologia de Gestão de Projetos pode ser considerada como propulsora da Gestão do PPP, pois possibilita uma gestão qualitativa, consciente, flexível e

participativa, ao mesmo tempo que, proporciona mecanismos constantes de seguridade, orientação, renovação e inovação.

#### **4 AÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS PARA A APROXIMAÇÃO ENTRE O REAL E O LEGAL**

Somente com a adoção da Gestão do PPP é que os cursos de graduação em Secretariado Executivo poderão aproximar e adequar a realidade em que estão inseridos às exigências legais educacionais.

Os cursos que elaboraram, reelaboraram ou adequaram seus PPP às DCN, somente conseguirão desenvolver e igualarem essas exigências deliberadas pela Resolução 3/2005 se tirarem do papel os seus objetivos, conquistas e metas estipulados no PPP e os aplicarem, desenvolverem e os concretizarem na prática.

[...]. Cabe ao projeto político-pedagógico da escola realizar essa tão necessária articulação do instituinte com o instituído, da vida concretamente vivida dia a dia com condições sociais e materiais necessárias à continuidade das ações numa forma conjunturalmente possível. (MARQUES, 2005, p. 146).

Para isso é importante considerar que o Legal engloba tanto as DCN especificadas na Resolução CES/CNE 3/2005; os Cursos de graduação em Secretariado Executivo; os Projetos Políticos Pedagógicos elaborados por esses cursos; os PPP aprovados pelas Instituições de Ensino Superior de que esses cursos estão inseridos; tanto como, as especificidades e competências a serem respeitadas por esses cursos na cobrança pelos departamentos de que fazem parte; e demais legislações educacionais como, por exemplo, a LDB.

O Real engloba a realidade em que se encontram, de modo geral, os cursos de graduação em Secretariado, o desenvolvimento dos seus PPP e a formação ofertada por ambos depois da elaboração desses projetos.

Assim, a Gestão do PPP constitui-se como suporte para a adequação e a aproximação entre o Legal e o Real, pois fornece e disponibiliza ferramentas para o atendimento das DCN, e para o alcance, a realização e a concretização de tudo que foi estabelecido em seus PPP pelos cursos de graduação em Secretariado Executivo.



## **4.1 AS AÇÕES POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS PARA A APROXIMAÇÃO ENTRE O REAL E O LEGAL COMPORTAM TAMBÉM:**

### **4.1.1 Coerência entre as decisões, ações e planejamentos**

Para que a Gestão do PPP seja autêntica é fundamental que seja coerente, que garanta conexão e significado entre o que é planejado, decidido e desenvolvido; é fundamental que realmente ocorra, que não fique apenas no planejamento e em intenções.

É primordial que se invista na prática e no estreitamento e direcionamento dos objetivos a serem alcançados, com consciência, coesão e flexibilização para se evitar desvios, regressos e prejuízos da gestão, pois “[...] muitas vezes, observamos discrepâncias entre o sonhado e o realizado, entre o discurso e a prática, entre as idéias e os resultados”. (Rossa, 2004, p. 60).

A legitimidade da gestão será definida e reforçada pelo comprometimento, pelo grau de participação e pela continuidade das ações. O intercâmbio e a cooperação entre os participantes são de suma importância, mas a postura e a conduta do coordenador e demais responsáveis pela Gestão do projeto são determinantes para a aceitação e credibilidade da mesma pelos componentes do curso. Rossa adverte que

[...]. Se os integrantes da comunidade educativa perceberem que a direção ou as coordenações não dão importância ao desafio de ‘agir conforme o discurso’ ou em outras palavras não forem coerentes, a confiança, a credibilidade se enfraquecem e o sucesso do projeto político-pedagógico estará seriamente comprometido. (2004, p. 68).

Portanto, tudo o que é analisado, definido e planejado coletivamente determina as ações da coordenação da gestão que obrigatoriamente deverá ser coerente e fiel ao decidido, agindo sempre visando ao respeito, clareza e adequação ao que lhe foi confiado e de acordo com o plano de ação estipulado.

Da mesma forma, a coerência das ações também engloba e implica sobre as atitudes dos demais e diversos envolvidos com o curso, que também respondem por obrigações e responsabilidades, e influenciam na confiabilidade e efetividade da gestão.

[...] o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos. (VEIGA, 2003, p. 275).

#### 4.1.2 Projeto de formação continuada aos professores

O planejamento da formação continuada também faz parte da gestão e permite um trabalho compartilhado em contínua elaboração, avaliação e reflexão. De acordo com Cunha (1999, p. 223) “Os saberes constitutivos da profissão docente implicam consciência, compreensão e conhecimento. Sobre estas bases é que se pode estabelecer a reflexividade e, com ela, uma perspectiva mais emancipatória da profissão”.

A atividade docente busca renovar-se constantemente e essa ação precisa primeiramente partir do próprio docente, mas também precisa ser praticada pelos cursos de graduação como suporte para a melhoria e autonomia das condições de ensino-aprendizagem.

Através da formação e da prática profissional contínua o professor é transformado e tem condições de criar e transformar o contexto e a realidade, assim como participar ativamente promovendo melhorias no curso, no ensino e na formação profissional. Porém, a formação docente continuada precisa ser apoiada, ofertada e defendida pelo curso e não apenas ser citada em seu Projeto Político Pedagógico.

Quando falamos em formação do educador entendemos que a mesma está sempre em construção, engendrada em diferentes momentos e espaços: o primeiro momento é o da formação inicial que deve instrumentalizar o profissional para o exercício da atividade pedagógica em suas múltiplas especificidades, desde a tarefa docente diretamente em sala de aula, como as tarefas administrativo-pedagógicas – direção, orientação / coordenação pedagógica; o segundo momento que deverá ser permanente e contínuo acontece durante toda a trajetória profissional do educador, pois essa formação / capacitação permanente é inerente ao trabalho do educador. Assim, essa formação é aqui entendida enquanto processo que se dá a partir do confronto da reflexão-ação-reflexão, ou seja, do conhecimento teórico-prático. E a formação continuada é a ação sistemática que busca no conhecimento produzido historicamente e no cotidiano do trabalho escolar o seu conteúdo de reflexão-teorização-instrumentação e transformação, priorizando as reais necessidades e possibilidades da instituição escolar. É no encontro da prática pedagógica com o conhecimento teórico que o professor é capaz de apreender os seus significados, explicitar o real e, oferecer ao aluno condições e instrumentos básicos para que o mesmo possa intervir na realidade social. (MONTEIRO, 1999, p. 209).

A qualificação constante do corpo docente geralmente consta como meta nos PPP, mas segundo Cunha (1999, p. 222) as reflexões sobre o trabalho e profissionalismo docente “[...] não são questões discutidas e suficientes explicitadas da mesma forma como não o é o projeto político-pedagógico para a universidade brasileira”.

Como conseqüência, Rossa informa que “O número de professores que se compromete com a gestão [...] com a consciência de que esta influencia, também a qualidade pedagógica em sala de aula ainda é reduzido”. (2004, p. 70).

É importante considerar que “[...] o Projeto Político Pedagógico deve ser compreendido como o substrato necessário que ordena a estrutura do trabalho pedagógico que produz o movimento dialético do processo de ensinar e aprender no cotidiano da sala de aula”. (CARVALHO, 2008, p. 433). Portanto, o PPP dita e interfere em todos os processos, técnicas, ferramentas, métodos e procedimentos adotados e utilizados pelo curso, principalmente, no processo de organização curricular, de ensino-aprendizagem e da formação continuada de professores.

#### **4.1.3 A participação colaborativa**

A participação colaborativa propicia envolvimento e comprometimento dos componentes do curso com o PPP, evita o desinteresse e a improvisação das tarefas ligadas à Gestão do projeto, e garante a apreensão da realidade, das dificuldades e empecilhos enfrentados pelo curso e que, de acordo com o grau e efetividade da participação poderão ou não vir a ser superados. Veiga (2008, p. 271) considera que “[...] no trabalho colaborativo, as relações tendem a ser não-hierárquicas, havendo liderança compartilhada e co-responsabilidade [...]”, e que “[...] o projeto é um meio que permite potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns [...]”. (VEIGA, 2003, p. 279).

A participação colaborativa depende da gestão democrática, pois esta precisa ser flexível, consciente e estar aberta a todos, e aquela só ocorrerá se for acolhida, incentivada, mantida e desenvolvida, portanto, ambas influenciam diretamente na aceitabilidade e dedicação ao projeto e aos objetivos e métodos pré-estipulados.

[...]. Dificilmente encontraremos um espaço tão rico como a escola para experimentar a desafiante aventura que é se propor co-autor de um processo educativo, é exatamente isso que suscita um projeto político-pedagógico. A co-

autoria implica uma instância que extrapola a mera transmissão do saber; antes está vinculada ao auto-conhecimento, ao conhecimento do outro e da realidade mais ampla. (Neves, 2005, p. 94).

A participação conjunta conduz ao real conhecimento, pela coordenação do projeto, das condições existentes para a execução da gestão e das habilidades que mais se destacam em cada participante. Promove também maior confiança, respeito e profissionalismo entre os envolvidos, influenciando na análise, conclusão e tomada de decisão; na direção a ser seguida em cada área, esfera e extensão do curso. De acordo com Veiga “Um profissionalismo colaborativo e interativo entre os professores caracteriza-se pelo fato de tomarem decisões em conjunto com colegas e alunos a respeito do projeto pedagógico, do programa da área de estudos, da disciplina que ministram. [...]”. (2008, p. 270).

A participação consciente, voluntária e colaborativa é grande contribuinte na consolidação da Gestão do Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior em Secretariado Executivo.

#### **4.1.4 Acordos e parcerias**

Os acordos e parcerias são fundamentais para a consolidação da Gestão do PPP do curso. Permitem não apenas auxílio, apoio e orientação na condução do projeto como também preparam e habilitam os envolvidos para a lida, condução e implementação da gestão, além do alcance de maiores benefícios e possibilidades para o curso de modo geral. Bussmann considera que “[...]. A equipe diretiva ou coordenadora, a quem cabe gerenciar o pessoal docente, discente, técnico-administrativo e de serviços, não pode dissociar da tarefa de gerência seu caráter formativo, razão maior da ação escolar a ser expressa no seu projeto político-pedagógico”. (2005, p. 46).

Assim, os acordos e parcerias inserem um leque de possibilidades para o curso, o PPP e a Gestão do Projeto Político Pedagógico. Neves (2005, p. 105-106) informa que:

[...] acordos e parcerias não envolvem recursos financeiros, mas assessoria e cooperação técnica, visando ao enriquecimento da ação educativa. Exigem criatividade, iniciativa e capacidade de negociação. Podem ter como objeto a cessão de pessoal, a produção de material didático, o uso de equipamentos modernos, a consultoria pedagógica e organizacional; utilização de espaços especializados para aulas de [...] profissionalização; cursos especiais para alunos ou professores [...]. Os acordos e as parcerias podem ser firmados com outras escolas da rede ou

particulares, com faculdades, universidades, hospitais, organizações não-governamentais, empresas etc.

Os acordos e parcerias possibilitam melhorias, ajustes e capacitação tanto para a condução segura da gestão com orientações para a escolha e uso da metodologia correta de acordo com os objetivos, autonomia, intencionalidade e a formação ofertada pelo curso, assim como para professores e alunos na promoção e absorção das habilidades e competências para o exercício profissional.

Portanto, as ações possíveis e necessárias para a aproximação entre o Real e o Legal só serão realmente identificadas e aplicadas com a efetiva implantação da Gestão do Projeto Político Pedagógico, fundamentada na participação democrática, colaborativa e coerente, assim como, no planejamento estruturado e na consolidação de acordos e parcerias.

## **5 A GESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL**

A implantação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL, a partir do ano letivo de 2006, se deu através da aprovação pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Resolução CEPE/UEL 354/2005, em 15/12/2005, que habilitou sua elaboração e implantação.

O curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL em seus 16 anos

[...] formando profissionais já transmitiu muito conhecimento, capacitou e procurou se adequar às mudanças e exigências da sociedade em geral, necessidade que se deu formalmente através da definição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), através da RESOLUÇÃO CES/CNE 3/2005 de 23/06/2005, que instituiu a formulação de projetos pedagógicos para cada um dos cursos nacionais de graduação em Secretariado Executivo, fazendo com que o curso da UEL se atentasse para essa importante mudança e desenvolvesse seu Projeto Pedagógico a ser seguido a partir do ano letivo de 2006, além da alteração e complementação do currículo para adequação da formação profissional às novas tendências e mudanças globais da profissão de Secretariado Executivo. (CASTELO, 2007, p. 76).

O PPP do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL apresenta os

[...] objetivos gerais e específicos, metas a serem atingidas a curto e a médio prazo nas várias etapas de aplicabilidade do Projeto Pedagógico e as estratégias adotadas para se alcançar esses objetivos e metas. Sendo os principais a serem alcançados: qualificação constante do corpo docente e uma maior interação destes com os objetivos do curso e com a real definição e atuação profissional do Secretário Executivo; institucionalização da Semana de Secretariado Executivo [...] e do Encontro de Estudos Científicos de Secretariado Executivo [...]; ampliação e atualização do Acervo Bibliográfico disponibilizado ao curso; criação da Secretaria Modelo para prestação de serviços à comunidade interna e externa a UEL; viabilização da criação do Departamento de Secretariado Executivo [...]. (CASTELO, 2007, p. 73).

Para que o curso de Secretariado da UEL possa continuar ofertando uma formação profissional que capacite o discente a atuar como Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças, que atenda as demandas e mudanças mercadológicas, e ao mesmo tempo consiga desenvolver e atingir suas metas e objetivos estipulados em seu Projeto Político Pedagógico, obrigatoriamente necessita adotar e executar a Gestão de seu PPP.

É primordial que essa gestão seja participativa, flexível, consciente e comprometida em assegurar a imagem do curso, a composição do perfil do formando e o cumprimento das ações compartilhadas e estipuladas.

Quando [...] se faz gestão democrática, realiza-se processos participativos. E processo participativo pressupõe criação e ação em órgãos colegiados; planejamentos conjuntos e participativos; decisões compartilhadas entre segmentos; pensar e fazer parcerias; passagem do âmbito burocrático da administração para o âmbito pedagógico da ação; participação interativa dos segmentos da comunidade escolar. (ARAÚJO, 2009, p. 34).

Somente com a gestão participativa e democrática é que se viabiliza a análise e definição das prioridades do projeto, do tempo necessário para o planejamento e execução das ações, e a consolidação dos objetivos. Veiga (2005, p. 23) orienta que “[...]. O esforço analítico de todos possibilitará a identificação de quais finalidades precisam ser reforçadas, quais as que estão relegadas e como elas poderão ser detalhadas em nível das áreas, das diferentes disciplinas curriculares, do conteúdo programático”, e que “É preciso entender o projeto político pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta”. (2005, p. 33).

A participação coletiva possibilita uma percepção mais adequada e próxima do real, uma vez que conta com opiniões dos diversos envolvidos com o curso, porém essa percepção deve ser reforçada e confirmada através do acompanhamento e de avaliações periódicas do projeto, comparando os avanços, estabilidades e transformações desde sua elaboração até o presente momento, para que se possam estabelecer novos rumos e técnicas mais apropriadas para a gestão.

Para Neves (2005, p. 111) a avaliação “[...] deve assumir a característica de recurso pedagógico-administrativo que impulsiona ações para corrigir e aperfeiçoar o projeto” e que esse recurso “[...] além de sugerir parâmetros para o projeto pedagógico da escola, deverá ser usado como fonte de novas políticas e linhas de ação [...]”. (2005, p. 119).

É preciso ressaltar que para que a implantação da gestão; a abertura a uma participação coletiva, colaborativa e democrática; a formação continuada de professores; a fixação de acordos e parcerias; e para que a avaliação, a coerência e o acompanhamento do projeto ocorram, exige-se antes de tudo, de todos os envolvidos com o curso, o conhecimento das leis, regras e exigências que determinam as demandas educacionais e mercadológicas para a profissão de Secretariado Executivo.

Assim, antes de se implantar a gestão é necessário que todos conheçam os objetivos e fundamentos do curso; se familiarizem com a intenção, a identidade, e as metas do curso e da IES em que o mesmo está inserido; que estudem e discutam artigo por artigo da Resolução 3/2005 que instituiu as DCN para os cursos de graduação em Secretariado Executivo, e principalmente analisem criticamente o PPP do curso de que fazem parte.

Somente assim, a participação coletiva poderá influenciar diretamente no alcance e realização dos objetivos, pois terá o conhecimento necessário para contribuir significativa e diferencialmente na Gestão do PPP.

Portanto, defende-se a urgência do envolvimento, conhecimento e co-participação dos docentes e discentes na implantação da Gestão do PPP do curso de graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina.

### **5.1 ENTREVISTA COM OS GRADUANDOS DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL, SENDO ESTES OS PRIMEIROS FORMANDOS COM O NOVO CURRÍCULO, IMPLANTADO NO ANO LETIVO DE 2006**

Em entrevista realizada, na primeira quinzena de dezembro de 2009, com a primeira turma a se formar com o novo currículo, implantado a partir do ano letivo de 2006, foi possível se ter acesso a visão dos formandos quanto ao Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL e quanto a capacitação e as habilidades ofertadas.

O instrumento de pesquisa (ANEXO A) é composto por 11 questões, sendo 05 questões fechadas e 06 questões mistas (objetivas e abertas).

Foram entrevistados 21 alunos, dois quais 42,86% possuem idade até 22 anos, 52,38% estão entre a faixa etária de 23 a 27 anos e 4,76% possuem entre 34 e 40 anos. São do sexo feminino 95,24% e do sexo masculino 4,76% dos entrevistados.

O Estado civil dos alunos é predominante de solteiros com 85,72%; os casados são representados por 9,52% e os divorciados por 4,76%

Entre os alunos entrevistados 23% atuam na área de Secretariado Executivo, sendo 9,2% como Secretários Executivos, 9,2% como Secretários e 4,6% como Secretários Estagiários.



Do total de discentes, 38,10% estão satisfeitos com as possibilidades de atuação como formando ou futuro profissional de Secretariado Executivo; 23,80% encontram-se insatisfeitos e 38,10% não responderam.

A entrevista também investigou a posição desses primeiros alunos a se formarem com o novo currículo, implantado em 2006, quanto:

1) ao domínio das diversas áreas do saber necessárias a prática profissional: 66,67% consideram que o currículo atual proporciona esse domínio e 33,33% consideram que não.

Entre os que responderam “sim”, alguns acrescentaram as seguintes informações sobre o currículo vigente: “É bastante abrangente e dá um conhecimento amplo de tudo”; “Abrange várias áreas, e é um currículo que é compatível com o que necessitamos para atuar”; “Há uma diversificação considerável das áreas de Estudos Sociais Aplicados”; “As disciplinas são ótimas e atuais”.

Já os que responderam “não”, defendem que o currículo não garante o domínio dos saberes pelo seguinte: “Ainda há falhas”; “O currículo ainda é falho e possibilita somente consciência dos assuntos e não o saber”; “O curso não ajuda muito o aluno no mercado de trabalho, as disciplinas ofertadas pelo curso não são usadas em sua maioria no ambiente de trabalho”.

É importante analisar que tanto a satisfação quanto a insatisfação com o currículo atual tem como base a diversidade das disciplinas e as demandas do mercado de trabalho. Desse modo, esse conjunto de fatores pode ser, de certa forma, influenciado pela vivência de cada aluno.

Por ser um currículo amplo que aborda diversas áreas de saberes necessárias a noção e compreensão do todo organizacional, pode se ter a impressão de que não há aprofundamento nos conteúdos, o que realmente até pode ocorrer devido a diversidade de disciplinas e a forma de distribuição dos assuntos, mas também há a possibilidade das matérias serem incorporadas superficialmente pela falta de prática, experiência e vivência desses conhecimentos pelos alunos que ainda não estão inseridos no mercado de trabalho.

Por outro lado, todo o amplo conhecimento e conceitos obtidos, muitas vezes, não são totalmente aplicados na rotina profissional devido, por exemplo, ao porte da empresa, ao ramo de negócios que a empresa está inserida, a dinâmica do mercado de trabalho de determinada região; as funções realizadas e desenvolvidas; ao nível de formação exigida pelo cargo em que se atua; entre outras situações.

Assim, a exigência de garantir o conhecimento necessário, através da formação ofertada, está diretamente ligada à prática. O aluno só terá total aproveitamento do que

aprende em sala de aula se realmente utilizar esse conhecimento, para isso precisa substituir a teoria pela prática, seja através de estágios, da atuação na Secretaria Modelo que está sendo implantada pelo curso, ou mesmo de um trabalho efetivo;

2) ao acompanhamento ou avaliação de alguma disciplina do currículo: 57,14% não sugeriram nenhuma disciplina; 9,53% não opinaram e 33,33% responderam “sim”.

Entre os que participaram com a sugestão de acompanhamento ou avaliação de pelo menos uma disciplina:

a) 50% indicaram a disciplina “Técnicas Secretariais” justificando que “Falta mais conteúdo”; “As aulas poderiam ser um pouco melhores”; “Acredito que muito mais pode ser trabalhado nela”;

b) 16,67% indicaram as disciplinas “Técnicas Secretariais” e “Gestão Secretarial” informando que “As ementas das matérias são boas, mas há falta na maneira de ensinar”;

c) 33,33% sugeriram que “Todas as disciplinas” devem ser acompanhadas, pois consideram que há “falta de comprometimento de alguns professores” e que “todo acompanhamento é válido”.

3) a sugestão de inclusão ou exclusão de alguma disciplina do currículo: 76,19% dos entrevistados responderam “não” diante da possibilidade de sugerir a inclusão e exclusão de alguma disciplina e 23,81% optaram por sugerir o que segue:

a) inclusão de disciplinas: 20% defendem a inclusão de disciplinas que abordem “Consultoria e Marketing”; 20% indicaram a inclusão de conteúdos que ensinem “Língua Francesa e Empreendedorismo”, pois acreditam que “são assuntos interessantes”; e 20% sugeriram a implantação de “Contabilidade e Matemática Integral”, pois consideram “que são disciplinas importantes para todas as profissões e apenas seis meses são poucos para aprendê-las”;

b) exclusão de disciplinas: 40% apontaram a exclusão da matéria de “Técnicas Secretariais”, alegando que a mesma tinha “que ser atualizada” e que possui “conteúdo simplista; se hoje a secretárias é o ‘braço direito’ do executivo, os assuntos tinham que ser mais voltados para essa área”. (Fonte: dados da pesquisadora, entrevista realizada em 14/12/09).

Percebe-se a importância de se realizar o acompanhamento das disciplinas ofertadas pelo curso para se evitar descontentamento entre os alunos; para realizar a atualização dos conteúdos abordados e dos materiais utilizados nas aulas; para ofertar maiores possibilidades, técnicas e recursos aos docentes; e para se evitar a falta de didática, planejamento e de

intencionalidade pedagógica inibindo a simples transmissão de conhecimento, sem promoção de crítica e reflexão. Dessa forma, é importante:

Ouvir as expectativas e necessidades dos alunos quanto ao que poderiam aprender naquela disciplina, conhecer seus interesses, identificar a falta de motivação, demonstrar a relação da disciplina com outras do curso e com a vida profissional, responder às dúvidas e outras questões que os alunos possam ter, saber se já ouviram falar do conteúdo da disciplina, que tópicos conhecem e de onde obtiveram essas informações, comentar [...] quais os assuntos que precisam ser estudados naquela disciplina e por quê. (MASETTO, 2003, p. 50).

Com certeza, todos os alunos depositam maiores expectativas nas disciplinas que estão direcionadas para a área Secretarial devido a ampla diversidade curricular. Receberam indicações de acompanhamento as disciplinas de Gestão Secretarial e Técnicas Secretariais, sendo esta última a mais indicada, inclusive, foi até sugerida sua exclusão.

O exercício profissional exige o domínio das Técnicas Secretariais, assim como o acompanhamento de suas alterações e inovações pelos Secretários, aparentemente o descontentamento dos alunos é com a ementa da disciplina que não consegue atender as suas expectativas e necessidades;

4) a suficiência da capacitação ofertada pelo Curso da UEL no atendimento as demandas do mercado de trabalho conhecedor da profissão: 71,43% dos discentes acreditam que “sim”, que a capacitação é suficiente no atendimento das exigências mercadológicas, já 28,57% crêem que “não”, que a formação ofertada não é suficiente.

Entre os que disseram “sim”, alguns defendem que a formação “abrange várias áreas técnicas necessárias ao bom desempenho do profissional”, outros consideram que “apresenta todas as áreas de conhecimento que devemos conhecer”; que “o curso capacita o aluno a exercer todas as funções de um Secretário Executivo”, e observam que “é um ótimo curso, mas precisamos de um pouco mais de atenção da Universidade”.

Entre os que disseram “não”, as principais críticas sobre a formação ofertada foram que “Falta mais conteúdo”; “Porque uma Secretária tem que ter conhecimento sobre os diversos assuntos. Os professores faltam e quando vêm na maioria dos casos dão aulas ruins”; “Porque o mercado pede maior prática”.

Devido a diversidade curricular a interdisciplinaridade e a dedicação dos professores tornam-se pontos chaves para que a formação ofertada seja considerável. Masetto defende que para que o comprometimento e profissionalismo docente sejam efetivos:

Em primeiro lugar, é necessário que o docente se sinta responsável por colaborar com a formação de um profissional, e não apenas o ministrador de uma disciplina.

Em segundo, procurar conhecer o perfil do profissional que a instituição onde trabalha definiu ou está definindo, para então começar a participar com suas idéias sobre o perfil do profissional esperado.

Interessar-se por manter encontros com outros colegas para compartilhar das idéias e propostas e das discussões destes, buscando acertar pontos em comum e pontos viáveis de execução, que sejam coerentes com os objetivos propostos.

Repensar sua participação e presença naquela Instituição buscando meios de continuar trazendo suas colaborações e pensando como planejar sua disciplina de modo que se integre com as demais e com outras atividades do curso. (2003, p. 63).

Na mesma entrevista, os formandos foram indagados se julgam indispensáveis as habilidades de Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças para o exercício da profissão: 100% responderam que “sim”, que consideram fundamentais essas habilidades. Alguns complementaram que essas habilidades: “Valorizam ainda mais o profissional”; “É o que diferencia o Profissional de Secretariado Executivo [...]”; “Realizamos também estes tipos de trabalho”; “O profissional precisa estar integrado com tudo na empresa”. Outros confirmaram a importância das habilidades na profissão: “Já vivenciei e é o que ocorre na prática”; “[...] é preciso saber gerir todas as possibilidades”; “As empresas buscam por profissionais com autonomia no mercado, capazes de tomarem decisões na ausência de diretores”; “torna o profissional com um diferencial mercadológico”.

Ao serem observados se acreditam estar aptos para atuarem como Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças, conforme estabelece a Resolução CES/CNE 3/2005 e o PPP do Curso, 61,90% afirmaram que “sim” e 38,10% que “não”.

Entre os que disseram “sim”, alguns acreditam estar aptos porque “Tive matérias que se encaixam e capacidade para tal”; “Já atuo como Gestora”; “fui e ainda sou dedicada”. Uma entrevistada respondeu que se considera apta, porém “não me sinto totalmente segura quanto a isso, pois às vezes parece um universo muito amplo”.

Alguns dos que disseram “não”, justificaram porque não se sentem aptos: “Somente com a graduação não acredito estar apta”; “[...] por falta de dedicação minha”; “Ainda preciso de mais prática”; “Não tenho habilidades de liderança (ainda)”; “Pretendo melhorar o meu currículo para que seja possível competir de igual para igual como os profissionais mais adiantados”.

Dos discentes entrevistados 71,43% consideram que o curso oferta uma capacitação adequada às demandas mercadológicas, enquanto que somente 61,90% dos alunos se sentem aptos para desempenharem as habilidades de Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças. Obviamente que obter 100% de satisfação dos estudantes com a formação é uma tarefa árdua para qualquer curso de graduação e para todas as Instituições de

Ensino Superior, porém é importante salientar que o índice de 28,57% de insatisfação com o curso merece atenção da coordenação, dos docentes e da universidade, assim como, o grau de insegurança de 38,10% dos educandos que não se sentem habilitados a atuarem como Assessores, Gestores, Consultores, Empreendedores e Agentes de Mudanças, sendo que a detenção dessas habilidades e a promoção da interdisciplinaridade entre as diversas áreas de conhecimento ofertadas foram delineadas no novo currículo.

A parte final da entrevista procurou conhecer o grau de contato dos graduandos com o Projeto Político Pedagógico do curso de Secretariado Executivo da UEL.

Dos entrevistados, 71,43% informaram que nunca haviam ouvido falar em Projeto Político Pedagógico.

Os que já obtiveram alguma informação sobre PPP representam 28,57% dos discentes. Entre esses, 50% não informaram quais foram as principais informações que receberam e o restante comentou que: foram “poucas, gostaria de receber mais”; “sim, mas não sei nada a respeito”; e que “o P.P.P. é a forma como funciona o curso – as diretrizes que são estipuladas”.

Ao serem solicitados se já haviam tido algum tipo de contato com o PPP do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL 95,24% dos alunos responderam que “não”, nunca tiveram contato com o PPP do seu curso e apenas 4,76% que “sim”.

Em contrapartida, ao serem questionados se gostariam de ter conhecido um pouco mais sobre o PPP do curso, a maioria, 85,71% respondeu que “sim” e apenas 14,29% responderam “não” possuir interesse em ter tido contato com o projeto.

Sem dúvida que, para a oferta de uma educação de qualidade, satisfação dos alunos, alcance das metas e objetivos estipulados pelo Projeto Político Pedagógico, assim como, para a iniciação, implantação e desenvolvimento da Gestão do PPP do curso da UEL é fundamental que a concepção do projeto seja compartilhada e disseminada também entre os alunos, pois 95,24% deles informaram que durante os quatro anos de curso nunca tiveram nenhum tipo de contato com ele, ou seja, como iniciar a gestão participativa do projeto, se sua implantação e execução sequer foram divulgadas e democratizadas. Mesmo porque, 85,71% dos educandos comunicaram que gostariam de ter conhecido um pouco mais sobre o projeto do seu próprio curso.

Se esta inclusão tivesse sido possibilitada teria contribuído para que os discentes tivessem uma real percepção das suas carências e potencialidades possibilitando aos docentes e a coordenação os parâmetros e informações necessárias para o desenvolvimento e aplicação

de ações que garantissem a oferta das habilidades de Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças, prometidas pelo Curso e seu PPP.

No término de 2010 se forma a segunda turma capacitada com a nova grade curricular de 2006; esta turma também poderia ter participado ativamente da execução do projeto se a gestão do mesmo já tivesse sido implantada.

## **5.2 ENTREVISTA COM OS DOCENTES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

As entrevistas com os docentes do curso começaram a ser realizadas no início de dezembro de 2009, foram retomadas no início de março de 2010 e finalizadas no mês de maio de 2010.

Porém, como houve falta no número de professores só foram finalizadas 09 entrevistas nesse período, embora as visitas semanais fossem frequentes.

O instrumento de pesquisa (ANEXO B) contém 11 questões, sendo 07 fechadas, 02 abertas e 02 questões mistas.

Foram entrevistados 55,56% docentes masculinos e 44,44% femininos.

Os casados representam 77,78% e os solteiros 22,22% dos participantes.

A faixa etária de 28 a 33 anos é referente a 16,67% dos entrevistados; de 34 a 40 anos comporta 33,33%; e a faixa acima de 40 anos abrange 50% dos educadores.

Os docentes entrevistados possuem graus de formação diferenciados:

a) doutorado: 22,22% informaram possuir o título de Doutor, sendo que estes também possuem Mestrado;

b) mestrado: 33,34% possuem o grau de mestre, dos quais 66,66% possuem também Especialização;

c) pós-graduação: 22,22% dos entrevistados possuem Especialização;

d) graduação: 22,22% dos docentes informaram possuir apenas Graduação.

Questionados se possuíam alguma formação ou se já haviam participado de algum Curso na área de Secretariado Executivo, 11,11% responderam que possuía Graduação em Secretariado, 66,67% responderam que “não”, que nunca participaram de um evento em Secretariado e apenas 33,33% confirmaram: “Sim”, que participaram como “Docente do Curso”; nas “Semanas de Secretariado”; de “Vários cursos regionais, locais e nacionais”.

Assim, apenas um terço dos professores participam de eventos voltados para a área sendo que o próprio Curso de Secretariado Executivo da UEL promove anualmente a Semana de Secretariado e o Encontro de Estudos Científicos. Se este evento que é organizado por grupos de alunos do curso não possui adesão dos docentes, os mesmos também não devem incentivar seus alunos a participarem do evento e muito menos com produção científica, da mesma forma também não devem buscar integração com outras disciplinas, o que acarreta grandes perdas ao curso.

A maioria dos professores, 77,78%, leciona apenas uma disciplina, sendo que destes: 33,33% lecionam para apenas uma série, 16,67% para duas turmas e 33,33% para três séries.

Os demais professores, 22,22%, ensinam mais de uma matéria, sendo que 50% lecionam três disciplinas, cada uma para uma série; e 50% lecionam quatro disciplinas, sendo cada uma para uma série, com exceção da disciplina de Estágio em Secretariado Executivo que é dada em dois anos no curso.

As disciplinas lecionadas pelos entrevistados são as seguintes:

1) primeira série:

- a) Língua Inglesa I;
- b) Língua Portuguesa;
- c) Técnicas Secretariais;
- d) Administração das Organizações para Secretariado;

2) segunda série:

- a) Comunicação Organizacional;
- b) Língua Espanhola I;
- c) Língua Inglesa II;

3) terceira série:

- a) Gestão de Pessoas;
- b) Gestão Secretarial;
- c) Língua Espanhola II;
- d) Língua Inglesa III;
- e) Organização de Eventos;
- f) Estágio em Secretariado Executivo I;

d) quarta série:

- a) Ética Empresarial e Responsabilidade Social para Secretariado Executivo;
- b) Estágio em Secretariado Executivo II;
- c) Língua Espanhola III;

As disciplinas de Língua Inglesa são lecionadas por dois docentes nas três primeiras séries, ou seja, as turmas são divididas.

As disciplinas de Estágio são dadas por dois docentes na quarta série, não há divisão da turma.

A pesquisa procurou conhecer a opinião dos professores quanto ao conteúdo das disciplinas que ministram, se elas contribuem para o desenvolvimento das habilidades de Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças.

Assim, 55,56% dos docentes acreditam que suas disciplinas contribuem para o desenvolvimento de “todas elas”; 22,22% acreditam que contribuem para as habilidades de “Assessor”; 11,11% dos entrevistados crêem no desenvolvimento das competências de “Assessor, Gestor, Consultor, Agente de Mudanças”; e 11,11% nas habilidades de “Assessor, Gestor, Agente de Mudanças”.

Por fim, a entrevista investigou o conhecimento dos docentes sobre PPP; o contato com o PPP do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL; o interesse em conhecer um pouco mais sobre esse projeto; e a vontade de colaborar com a gestão desse projeto.

Diante da pergunta “Já ouviu falar em Projeto Político Pedagógico?": 11,11% responderam que “não” e 88,89% argumentaram que “sim”: “Projeto que estabelece as diretrizes do curso”; apresenta “Quais as disciplinas que compõem a grade curricular, suas respectivas cargas horárias, as disciplinas optativas e especiais, e a relação entre elas”; estabelece a “Grade curricular, objetivos do curso, a essência do curso, os princípios educacionais e o perfil do formando”; comporta “Diretrizes curriculares do MEC; Atividades acadêmicas complementares; Elaboração de ementário e programas; Carga horária do curso”; o PPP define o “Perfil do formando, ementa das disciplinas” e o “Perfil do curso, [...]”.

Em seguida o interesse era conhecer o contato dos docentes com o PPP do curso: 55,56% informaram que já haviam tido algum tipo de contato com o PPP do curso e 44,44% responderam que “não”, nunca tiveram contato algum com o PPP do curso da UEL.

Quanto ao interesse de conhecer um pouco mais sobre o PPP do curso, todos os docentes confirmaram o interesse.

Já quanto a disposição em participar da Gestão do PPP: 55,56% dos docentes gostariam de participar e 44,44% não possuem interesse em participar da gestão.

Conhecer o projeto do curso é interesse e vontade de todos os docentes entrevistados, ação fundamental para o seu desenvolvimento e acompanhamento, para a garantia da



promoção e constituição do perfil do formando desejado e para o alcance e realização de todos os objetivos definidos, mas principalmente para despertar o interesse pela participação.

A profissão de Secretariado Executivo exige o domínio de suas características, especificidades e práticas, além de certas habilidades para o seu exercício. Aptidões essas que são, em sua maioria, apreendidas em sala de aula durante os quatro anos de graduação. Por isso, a importância do corpo docente do curso de Secretariado Executivo ser comprometido com a formação desse profissional agindo com dedicação, profissionalismo, interesse e intencionalidade pedagógica.

A colaboração docente na execução e Gestão do Projeto Político Pedagógico promoverá um maior envolvimento com os objetivos, metas e expectativas do curso e com todos seus atores, pois:

Exige que todos os membros daquela instituição educativa participem, trazendo as expectativas, os problemas, as propostas, o “como” fazer. Trata-se de um processo dinâmico de ação e reflexão dos seus diversos membros, procurando uma articulação entre o que é real e o que é desejado, reduzindo as distâncias entre valores, discursos e ações; entre ações administrativas e acadêmico-pedagógicas que visam à formação do profissional desejado. (MASETTO, 2003, p. 61).

Sem dúvida, a participação de todos é importantíssima, mas o corpo docente possui grande influência na dinâmica dessa mobilização coletiva.

### **5.3 ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL**

Em entrevista realizada, na primeira quinzena de março de 2010, com o coordenador do curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL, foi possível acompanhar as evoluções e regressões dos objetivos e metas estipuladas pelo PPP do curso, implantado a partir do ano letivo de 2006:

a) qualificação constante do corpo docente e uma maior interação destes com os objetivos do curso e com a real definição e atuação profissional do Secretário Executivo: segundo o coordenador “nada foi feito” a esse respeito. É fundamental enfatizar que a formação contínua faz parte da gestão dos PPP, possibilitando um maior comprometimento

dos docentes além de completar o processo de ensino-aprendizagem e garantir uma excelente atuação profissional.

Veiga (2005, p. 20) defende que:

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

Assim, o profissionalismo docente e a prática pedagógica no Ensino Superior em Secretariado Executivo estão diretamente ligados, e precisam ser constantemente permeados pela prática aproximando sua ação à realidade da formação e perfil profissional; devem ser constantemente desenvolvidos, incentivados, planejados, avaliados, redirecionados e inovados pelos PPP e pelos cursos de graduação em Secretariado Executivo;

b) institucionalização da Semana de Secretariado Executivo (na 15ª edição) e do Encontro de Estudos Científicos de Secretariado Executivo (em sua 5ª edição): de acordo com o coordenador encontra-se “em fase de desenvolvimento”. Embora, as Semanas e os Encontros Científicos já estejam consolidados, pois são realizados há anos, ainda carecem de acompanhamento, uma vez que, são estruturados e realizados anualmente, dependem da participação dos alunos e demais envolvidos com o curso e contam com recursos e patrocínios de diversos segmentos da sociedade e da UEL;

c) ampliação e atualização do acervo bibliográfico disponibilizado ao curso: conforme o coordenador está “em desenvolvimento”, informação positiva já que influencia diretamente no acesso e contato com novos títulos e publicações mais recentes, mas que porém ainda merece atenção uma vez que se alega, segundo o coordenador, que alguns dos títulos solicitados pelo curso encontram-se com a publicação esgotada;

d) criação e implantação da Secretaria Modelo para prestação de serviços à comunidade interna e externa a UEL: o coordenador informou que está “em implantação”, portanto entende-se que a etapa de criação já foi realizada. Dessa forma, a etapa de implantação é digna de grande consideração, uma vez que, a Secretaria Modelo permitirá a aplicação e prática dos conhecimentos teóricos e técnicos adquiridos no curso de graduação, colaborará na implantação e implementação da gestão do PPP;

e) criação e implantação do Departamento de Secretariado Executivo: relatou que a situação está “indefinida”. Com certeza, a criação do Departamento próprio do curso, possibilitaria maior autonomia e recursos para sua coordenação e gestão;

f) implantação da Pós Graduação em Secretariado – Assessoria na Gestão de Negócios, ofertada em 06/2007 e 10/2007: o coordenador relatou que foi “suspenso o processo”. A pós-graduação seria outra importante conquista para o curso, porém depende de alguns fatores externos ao curso, como o número suficiente de matrículas para o fechamento da turma e o recrutamento de professores pertencentes a outros centros da universidade, para ministrarem certas disciplinas específicas.

Na mesma entrevista o coordenador foi ouvido sobre as principais dificuldades e impedimentos encontrados para o alcance das metas e propostas estipuladas pelo Projeto Político Pedagógico do curso, o mesmo respondeu que são a “Falta de envolvimento político e administrativo das autoridades competentes e falta de documentos que permitam a criação do departamento do curso”.

Essas dificuldades podem ser reduzidas, ou até superadas, se o curso e os responsáveis pela Gestão do projeto buscarem acordos e parcerias dentro da própria UEL, em outras Instituições de Ensino Superior e nas demais esferas da sociedade, para obterem as orientações e ajuda necessárias para a Gestão do projeto orientada à realização dos objetivos, incluindo e priorizando a criação do Departamento próprio do curso de Secretariado da UEL.

Ao ser sondado se como coordenador considera que o curso de Secretariado Executivo da UEL capacita o formando para o desempenho das habilidades de Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças, conforme orienta a Resolução CES/CNE 3/2005 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Secretariado Executivo e conforme estabelece a Resolução CEPE/UEL 354/2005 que aprovou a reformulação do currículo e a elaboração do Projeto Político Pedagógico implantado a partir de 2006; respondeu que sim. “Porém, parcialmente, como: Assessor, Gestor e Agente de Mudanças”.

Se para o aluno se capacitar a desenvolver também as habilidades de Consultor e Empreender, este precise de maior conhecimento e experiência, é responsabilidade do curso e dos responsáveis pela gestão, respeitando os objetivos estipulados no projeto, se mobilizarem para complementarem e ofertarem essas habilidades.

Para isso, necessitam priorizar e dispensarem maior atenção ao compromisso com a preparação ofertada e com o perfil do formando. Ações que englobam e exigem participação colaborativa dos envolvidos, formação continuada dos professores, atividades para os alunos aplicarem a teoria vivenciada em sala de aula com a prática exigida pelo mercado de trabalho; e que dependem de acordos e parcerias voltados para a concretização e eficiência da Gestão

do projeto, do alcance das metas e objetivos determinados pelo projeto, e da capacitação e formação profissional prometida e divulgada pelo curso e seu PPP.

Assim, a Gestão do PPP permeada pelas ações, parcerias, alianças e acordos permitirá ao curso adequar e aproximar os objetivos do projeto com as suas necessidades, pois a criação do Departamento próprio dará ao curso maior autonomia e segurança nas suas escolhas e decisões; a implantação da Secretaria Modelo proporcionará o desenvolvimento da prática fundamentada na teoria e na experiência possibilitando ao formando as ferramentas exigidas para atuar com Assessor, Gestor, Agente de Mudanças e também como Consultor e Empreendedor; a Formação Continuada dos docentes garantirá não somente a oferta da capacitação profissional fundamentada na formação acadêmica, como nas habilidades e competências inerentes ao futuro profissional, além de, promover a participação docente integrada, consciente e co-responsável pela Gestão do projeto; e o alcance dos demais objetivos e metas já citados representará muito mais que a superação das dificuldades enfrentadas, representará a conquista alcançada com a participação, engajamento e comprometimento de todos, concorrerá para a concretização e consolidação da Gestão do Projeto Político Pedagógico pelo curso de graduação em Secretariado Executivo da UEL.

## 6 CONCLUSÃO

A maior conquista alcançada na área educacional pela categoria de Secretariado Executivo foi a aprovação da Resolução CES/CNE 3/2005 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógico pelos cursos de graduação em Secretariado Executivo. Conquista que já muito influenciou e continuará influenciando na qualidade da formação profissional ofertada e na percepção e exigência da adoção, pelos cursos de Secretariado, da Gestão do Projeto Político Pedagógico.

Assim, buscou-se identificar as principais possibilidades e orientações indicadas para a implantação e condução da Gestão do Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior em Secretariado Executivo que através da instituição de ações possíveis e necessárias promova a aproximação entre o Real e o Legal, entre o que é sugerido e estipulado pelas DCN e pelos PPP e o que é desenvolvido e realizado na prática e na mudança da realidade existente em cada curso de graduação em Secretariado Executivo.

Através de pesquisa documental e bibliográfica, foi possível se interar das principais ferramentas e etapas que compõem a Gestão do PPP, como por exemplo, a escolha e o uso adequado da metodologia do projeto; a importância da participação docente na gestão, sendo esta grande contribuinte na interação e colaboração de todos os envolvidos por estar diretamente ligada com a realidade do curso, daí a exigência de sua formação ser continuada; a necessidade de realizar relatórios e avaliações periódicas para acompanhar os avanços, os desvios e os retrocessos do projeto; a obrigatoriedade da gestão ser aberta, coletiva e democrática; e a aplicação de todas essas ferramentas no alcance e concretização dos objetivos definidos.

Pela aplicação de instrumentos de pesquisa aos discentes e docentes foi possível verificar que embora a maioria dos discentes não tivessem tido nenhum contato com o PPP do curso ou conhecimento sobre o assunto, gostariam de ter conhecido um pouco mais; e, que mesmo entre os docentes 11,11% nunca haviam ouvido falar sobre PPP, a maioria gostaria de conhecer um pouco mais sobre o projeto do curso, porém apenas 55,56% dos educadores gostariam de participar de sua gestão.

Também se observou a satisfação dos discentes quanto a formação ofertada e o domínio das habilidades de Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças: indício de descontentamento de parte considerável dos alunos que requer atenção dos responsáveis pelo curso, pois foi manifestado por 28,57% quanto a formação ofertada e

por 38,10% que alegam se sentirem inseguros quanto a aptidão dessas habilidades, sem contar que a capacitação completa do formando está documentada no PPP do curso da UEL e por isso deveria receber maior atenção e ser cumprida.

Buscou-se verificar também, através de entrevista com o coordenador do curso de graduação de Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina, se as determinações legais e as propostas e metas definidas e iniciadas pelo curso da UEL e pelo seu Projeto Político Pedagógico, a partir de 2006, estão sendo seguidas e alcançadas na prática. Assim, analisou-se a importância e as principais dificuldades para o alcance de cada objetivo, orientando e informando sobre as ações necessárias e indicadas para a aproximação entre o que é exigido e o que está sendo e precisa ser realizado, e sobre a necessidade da gestão ser assumida pelo curso como diferencial e impulso para suas ações.

Constatou-se que somente com a Gestão dos PPP que os cursos conseguirão realizar seus desejos e metas, terão recursos e apoio para identificarem as condições que libertam, estimulam ou empatam seus projetos.

Portanto, a Gestão do Projeto Político Pedagógico no Ensino Superior Secretariado não é escolha e sim condição para que os cursos de graduação atinjam seus objetivos, adequem sua realidade às exigências legais e sejam reconhecidos por uma oferta profissional, fundamentada na formação acadêmica, que atenda as necessidades e complexidades do mercado de trabalho. A demanda pela Gestão do Projeto Político Pedagógico só será efetivamente atendida se os cursos se conscientizarem da imediata necessidade de sua implantação e contínua implementação; e da preparação e habilitação necessárias para que a aceleração dessa gestão se transforme em alcance de resultados e na antecipação das vantagens competitivas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Layse Meira da Silva. O papel do gestor escolar e dos pais na gestão democrática dos estabelecimentos de ensino – resistência e incentivo à participação dos pais na democratização administrativa das escolas. **Revista Gestão Pública DF**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 31-42, jan./jun. 2009.

BRASIL. MEC. CNE. Resolução nº. 3, de 23 de junho de 2005. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em secretariado executivo e dá outras providências. Relator: Éfrem de Aguiar Maranhão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 79, 27 jun. 2005. Seção 1. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003\\_05.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2010.

BUSSMANN, Antônio Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 37-52.

CARVALHO, Ademar de Lima. O projeto político pedagógico: concepções e práticas. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 421-439, set./dez. 2008.

CASTELO, Márcia Janaina. **A formação acadêmica e a atuação profissional do Secretário Executivo**. 2007. 129f. Monografia (Bacharelado em Secretariado Executivo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CUNHA, Maria Isabel da. Trabalho docente e ensino superior. In: RAYS, Oswaldo Alonso. **Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 213-225.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 17-65.

KERZNER, Harold. **Gestão de projetos: as melhores práticas**. Tradução Lene Belon Ribeiro. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 821 p.

LOPEZ, Márcia do Valle; MERCADANTE, Stella Galli. **Escolas em diálogo: uma experiência de formação de equipes**. São Paulo: Vera Cruz, 2007. 135 p.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003. 194 p.

MARQUES, Mário Osório. Escola, aprendizagem e docência: imaginário social e intencionalidade política. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 143-156.

MONTEIRO, Aida Maria. O trabalho pedagógico, a formação do educador e a construção da cidadania. In: RAYS, Oswaldo Alonso. **Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 203-212.

NEVES, Carmem Moreira de Castro. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 95-129.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. Paradigma – relações de poder – projeto político-pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 53-94.

RIOS, Tereza Azeredo Rios. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 158 p.

ROSSA, Leandro. Armadilhas que boicotam projetos político-pedagógicos: processos pedagógicos para além da sala de aula. **Revista de Educação AEC: Processos pedagógicos: desafios do cotidiano escolar**, Brasília, a. 33, n. 131, p. 57-72, abr./jun. 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. CEPE. Resolução nº. 354/2005, de 15 de dezembro de 2005. Estabelece reformulação curricular e aprovação do projeto pedagógico do curso de secretariado executivo a serem implantados a partir do ano letivo de 2006. Disponível em: <[http://www.uel.br/prograd/pp/documentos/secretariado\\_executivo.pdf](http://www.uel.br/prograd/pp/documentos/secretariado_executivo.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: <<http://Scielo\Ativo\es\24n83\source>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata. In: \_\_\_\_\_. **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 2008. p. 267-298.

\_\_\_\_\_. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: \_\_\_\_\_. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 11-35.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAUJO, Layse Meira da Silva. O papel do gestor escolar e dos pais na gestão democrática dos estabelecimentos de ensino – resistência e incentivo à participação dos pais na democratização administrativa das escolas. **Revista Gestão Pública DF**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 31-42, jan./jun. 2009.

BERBEL. Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, n. 2, fev., p. 139-154, 1998. Disponível em: <file:///home/tsc-007/Desktop/BAS3\_PBL\_x\_Problematizacao.pdf-KPDF>. Acesso em: 17 out. 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Metodologia da Problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: Ed. UEL, 1999. 198 p.

BRASIL. MEC. CNE. Resolução nº. 3, de 23 de junho de 2005. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em secretariado executivo e dá outras providências. Relator: Éfrem de Aguiar Maranhão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 79, 27 jun. 2005. Seção 1. Disponível em: <[http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003\\_05.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2010.

CARVALHO, Ademar de Lima. O projeto político pedagógico: concepções e práticas. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 421-439, set./dez. 2008.

CASTELO, Márcia Janaina. **A formação acadêmica e a atuação profissional do Secretário Executivo**. 2007. 129f. Monografia (Bacharelado em Secretariado Executivo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

\_\_\_\_\_. **A metodologia da problematização como alternativa para o desenvolvimento da docência em Secretariado Executivo**. 2009. 17 p.

CUNHA, Maria Isabel da. Trabalho docente e ensino superior. In: RAYS, Oswaldo Alonso. **Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 213-225.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 102 p.

\_\_\_\_\_. Educação versus massificação. In: \_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 93-107.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática pedagógica. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p. Col. Leitura.

FULLAN, Michael; HARGREAVES, Andy. **A escola como organização aprendente:** buscando uma educação de qualidade. Tradução Regina Garcez. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2003. 136 p.

GARCIA, Maria Manuela Alves. **Pedagogias críticas e subjetivação:** uma perspectiva foucautiana. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 188 p.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. 190 p. Col. Educação Contemporânea.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 17-65.

KERZNER, Harold. **Gestão de projetos:** as melhores práticas. Tradução Lene Belon Ribeiro. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 821 p.

LOPEZ, Márcia do Valle; MERCADANTE, Stella Galli. **Escolas em diálogo:** uma experiência de formação de equipes. São Paulo: Vera Cruz, 2007. 135 p.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário.** São Paulo: Summus, 2003. 194 p.

NAHAS, Mauricio. **Paulo Freire:** O mentor da educação para a consciência. Série grandes pensadores. 5 p. Disponível em <[http://revistaescola.abril.com.br:80/edicoes/Esp\\_022/aberto/teorico-ensino-como-processo-social-349599.shtml](http://revistaescola.abril.com.br:80/edicoes/Esp_022/aberto/teorico-ensino-como-processo-social-349599.shtml)>. Acesso em 01 out. 2009.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. **Epistemologia e teoria do conhecimento em Secretariado Executivo:** a fundação das ciências da assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009. 257 p.

OLIVEIRA, Armando Serafim. Correntes filosóficas em educação. In: OLIVEIRA, Armando Serafim et al. **Introdução ao pensamento filosófico.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 1983. p. 91-107.

RAYS, Oswaldo Alonso. **Trabalho pedagógico:** realidades e perspectivas. Porto Alegre: Sulina, 1999. 302 p.

RIOS, Tereza Azeredo Rios. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 158 p.

ROSSA, Leandro. Armadilhas que boicotam projetos político-pedagógicos: processos pedagógicos para além da sala de aula. **Revista de Educação AEC**: Processos pedagógicos: desafios do cotidiano escolar, Brasília, a. 33, n. 131, p. 57-72, abr./jun. 2004.

TRIVINOS, Augusto N. S. Alguns temas no desenvolvimento de uma pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 91-114.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. CEPE. Resolução nº. 354/2005, de 15 de dezembro de 2005. Estabelece reformulação curricular e aprovação do projeto pedagógico do curso de secretariado executivo a serem implantados a partir do ano letivo de 2006. Disponível em <[http://www.uel.br/prograd/pp/documentos/secretariado\\_executivo.pdf](http://www.uel.br/prograd/pp/documentos/secretariado_executivo.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2010.

VEIGA, Ima Passos Alencastro. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: <<http://SciELO/Ativo/es/v24n83/sourc>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata. In: \_\_\_\_\_. **Aula**: gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas: Papyrus, 2008. p. 267-298.

\_\_\_\_\_. **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2005. 192 p.

**ANEXOS**

**ANEXO A – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AOS DISCENTES DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL**



Universidade  
Estadual de Londrina

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DA AÇÃO DOCENTE

**Pesquisa**

Esta pesquisa tem por objetivo verificar a percepção dos formandos do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL quanto à formação profissional ofertada e quanto ao contato com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL, para elaboração da Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Metodologia da Ação Docente da Universidade Estadual de Londrina.

1 Informe sua idade

- 1) até 22 anos
- 2) de 23 a 27 anos
- 3) de 28 a 33 anos
- 4) de 34 a 40 anos
- 5) acima de 40 anos

\_\_\_\_\_

2 Sexo

- 1) masculino
- 2) feminino

\_\_\_\_\_

3 Estado civil

- 1) casado
- 2) solteiro
- 3) outro: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4 Você atua na área de Secretariado Executivo?

- 1) sim
- 2) não

\_\_\_\_\_

Se sim, informe:

a) qual é seu cargo?

- 1) Secretário

- 2) Secretário Executivo
- 3) Secretário Estagiário
- 4) Secretário Executivo Estagiário
- 5) Técnico em Secretariado Executivo
- 6) Outro \_\_\_\_\_

b) está satisfeito com seu desempenho em seu trabalho e com as possibilidades de atuação como profissional/formando de Secretariado Executivo?

- 1) sim            2) não \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5 Sendo esta a primeira turma a se formar com o currículo novo, implantado a partir do ano letivo de 2006; você considera que o currículo atual proporciona o domínio das diversas áreas do saber necessárias à prática profissional?

- 1) sim            2) não \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Independente da sua resposta,

a) você gostaria de sugerir o acompanhamento ou avaliação de alguma disciplina do currículo?

- 1) sim. Qual disciplina? \_\_\_\_\_. Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2) não

b) você gostaria de sugerir a inclusão e/ou exclusão de alguma disciplina do currículo?

- 1) sim. Qual disciplina? \_\_\_\_\_. Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2) não

6 Você considera que a capacitação ofertada pelo Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL é suficiente para atender as exigências do mercado de trabalho conhecedor da profissão?

- 1) sim            2) não \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





**ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AOS DOCENTES DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL**



Universidade  
Estadual de Londrina

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DA AÇÃO DOCENTE

**Pesquisa**

Esta pesquisa tem por objetivo investigar o contato dos docentes do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Secretariado, e o grau de participação desses profissionais na execução deste projeto; para elaboração da Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Metodologia da Ação Docente da Universidade Estadual de Londrina.

1 Informe sua idade

- 1) até 22 anos
- 2) de 23 a 27 anos
- 3) de 28 a 33 anos
- 4) de 34 a 40 anos
- 5) acima de 40 anos

\_\_\_\_\_

2 Sexo

- 1) masculino
- 2) feminino

\_\_\_\_\_

3 Estado civil

- 1) casado
- 2) solteiro
- 3) outro: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4) Informe sua área de formação

- 1) graduação em \_\_\_\_\_
- 2) mestrado em \_\_\_\_\_
- 3) doutorado em \_\_\_\_\_
- 4) outro \_\_\_\_\_

4 Possui alguma formação ou participou de algum curso na área de Secretariado Executivo?

1) sim          2) não \_\_\_\_\_  
Qual? \_\_\_\_\_

5) Qual disciplina ministra para o Curso de Graduação em Secretariado Executivo da UEL?

1) \_\_\_\_\_ . Série \_\_\_\_\_  
2) \_\_\_\_\_ . Série \_\_\_\_\_

6) O conteúdo da disciplina que ministra contribui para o desenvolvimento de quais habilidades?

- 1) Assessor  
2) Gestor  
3) Consultor  
4) Empreendedor  
5) Agente de mudanças  
6) algumas delas: \_\_\_\_\_  
7) todas elas  
8) outra \_\_\_\_\_

7 Você já ouviu falar em Projeto Político Pedagógico?

1) sim          2) não \_\_\_\_\_

Informe as principais informações que obteve \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8 Você já teve algum tipo de contato com o Projeto Político Pedagógico Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL?

1) sim          2) não \_\_\_\_\_

9 Você gostaria de conhecer um pouco mais sobre Projeto Político Pedagógico Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL?

1) sim          2) não \_\_\_\_\_

10 Você gostaria de participar da Gestão do Projeto Político Pedagógico Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL?

1) sim          2) não \_\_\_\_\_

**Muito Obrigado, pela sua participação!**

<b>Opcional</b>	<b>Nome</b>	
	<b>E-mail</b>	

**ANEXO C – INSTRUMENTO DE PESQUISA APLICADO AO COORDENADOR DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEL**



Universidade  
Estadual de Londrina

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIA DA AÇÃO DOCENTE

**Pesquisa**

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer as principais dificuldades encontradas pela Coordenação do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL na execução do Projeto Político Pedagógico e no alcance das metas e propostas estipuladas pelo Curso; para a elaboração da Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Metodologia da Ação Docente da Universidade Estadual de Londrina.

1 Informe sua idade

- 1) até 30 anos
- 2) de 30 a 40 anos
- 3) de 40 a 50 anos
- 4) de 50 a 60 anos
- 5) acima de 60 anos

\_\_\_\_\_

2 Sexo

- 1) masculino
- 2) feminino

\_\_\_\_\_

3 Estado civil

- 1) casado
- 2) solteiro
- 3) outro: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4 Informe sua área de formação

- 1) graduação em \_\_\_\_\_
- 2) mestrado em \_\_\_\_\_
- 3) doutorado em \_\_\_\_\_
- 4) outro \_\_\_\_\_

5 Participa de cursos na área de Secretariado Executivo?

- 1) sim
- 2) não

\_\_\_\_\_

Quais? \_\_\_\_\_  
 Com que frequência? \_\_\_\_\_

6 Como se tornou Coordenador do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

7 Qual era sua visão em relação ao Curso de Secretariado Executivo da UEL antes de se tornar Coordenador?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

8 Quantas vezes atuou como Coordenador do Curso de Graduação em Secretariado Executivo da Universidade Estadual de Londrina – UEL?

- 1) Uma Vez. De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_
- 2) Duas Vezes. De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_
- 3) Três Vezes. De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_
- 4) Quatro Vezes. De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_
- 5) Mais de Quatro Vezes. De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_; De \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_

9 Participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico, desenvolvido em 2005 e aprovado pela Resolução CEPE 354/2005, para o Curso de Graduação em Secretariado Executivo?

- 1) sim. Fui o único responsável pela elaboração do projeto
- 2) sim. Fui o responsável pela elaboração do projeto, mas contei com a colaboração de docentes envolvidos com o curso
- 3) sim. Participei, porém não fui o responsável pela elaboração do projeto.
- 4) não
- 5) outro \_\_\_\_\_

10 Qual era sua visão como Coordenador antes de elaborar (ou participar da elaboração) do Projeto Político Pedagógico?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

11 Quais foram as dificuldades enfrentadas para a elaboração e implantação do Projeto Político Pedagógico do Curso?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

12 Quais são os principais desafios para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico?

- 1) Falta de ferramentas, meios ou recursos para divulgação do Projeto entre os envolvidos com o Curso de Secretariado Executivo da UEL
- 2) Participação e comprometimento dos docentes do curso
- 3) Participação e comprometimento dos alunos e demais envolvidos com o curso
- 4) Falta de apoio administrativo e financeiro do Departamento de Administração e/ou da UEL
- 5) Falta de disponibilidade de profissionais preparados para desenvolver a Gestão do Projeto
- 6) Outros \_\_\_\_\_

13 Quais das metas e propostas estabelecidas pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Secretariado estão em fase de desenvolvimento, próximas de serem alcançadas ou já foram alcançadas?

- 1) Qualificação constante do corpo docente e maior interação destes com os objetivos do curso. Situação: \_\_\_\_\_
- 2) Institucionalização da Semana de Secretariado Executivo (hoje na sua 15ª edição) e do Encontro de Estudos Científicos de Secretariado Executivo (hoje em sua 5ª edição). Situação: \_\_\_\_\_
- 3) Ampliação e atualização do acervo bibliográfico da área de Secretariado disponibilizado ao curso pela Biblioteca da UEL. Situação: \_\_\_\_\_
- 4) Criação e implantação da Secretaria Modelo do Curso de Secretariado Executivo. Situação: \_\_\_\_\_
- 5) Criação e implantação do Departamento do Curso. Situação: \_\_\_\_\_

14 Quais são as principais dificuldades e impedimentos para o alcance das metas e propostas estipuladas pelo Projeto Político Pedagógico do Curso?

15 Como Coordenador considera que o curso de Secretariado Executivo da UEL capacita o formando para o desempenho das habilidades de Assessor, Gestor, Consultor, Empreendedor e Agente de Mudanças, conforme orienta a Resolução CES/CNE 3/2005 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Secretariado Executivo e conforme estabelece a Resolução CEPE/Uel 354/2005 que aprovou a reformulação do currículo e a elaboração do Projeto Político Pedagógico implantados a partir de 2006?

- 1) sim          2) não          \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

**Muito Obrigado, pela sua participação!**

<b>Opcional</b>	<b>Nome</b>	
	<b>E-mail</b>	